

Relatório e Contas 2018



ÍNDICE

I. Relatório de Gestão.....	4
1.1 Mensagem do Conselho de Administração	4
1.2 Sumário do Exercício.....	5
1.3 Atividade da Empresa	6
1.3.1 Empresa.....	6
1.3.2 Regulação	9
1.4 Principais Acontecimentos.....	10
1.4.1 Contratos.....	12
1.4.2 Contadores	12
1.4.3 Volume de Água Faturado.....	13
1.4.4 Saneamento de Águas Residuais.....	17
1.4.5 Serviços.....	20
1.4.6 Reclamações.....	25
1.4.7 Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais	26
1.4.8 Controlo da Qualidade da Água	28
1.4.9 Drenagem e Tratamento de Águas Residuais	30
1.4.10 Recolha de Resíduos Sólidos	30
1.4.11 Educação Ambiental.....	34
1.4.12 Fiscalização e Serviços.....	37
1.5 Indicadores de Desempenho	40
2 Desempenho Económico.....	41
2.1 Análise Económica	41
2.1.1 Recursos Humanos.....	41
2.1.2 Segurança e Higiene no Trabalho.....	43
3 Desempenho Financeiro.....	46
3.1 Análise Económica	46
3.1.1 Ganhos.....	46
3.1.2 Gastos.....	47
3.1.3 RESULTADOS	49

3.1.4 MARGEM OPERACIONAL.....	50
3.2 Análise Financeira e Patrimonial.....	50
3.2.1 Indicadores Financeiros.....	52
3.3 EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA EMPRESA	53
3.4 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	54
II. Demonstrações Financeiras	55
III Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 dezembro 2018.....	60
IV Relatório de Revisão Limitada de Demonstrações Financeiras.....	79



I. RELATÓRIO DE GESTÃO

1.1 MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Em 2018, foi dada continuidade a política que a Praia Ambiente, E.M. tem vindo a desenvolver na execução das suas funções na qualidade de entidade responsável pelos serviços de águas, saneamento e resíduos do concelho de Praia da Vitória.

Durante o ano de 2018, destaca-se da atividade desenvolvida pela empresa a implementação do “Manual de Processos de Ligação”, a celebração do Protocolo de colaboração institucional entre o Fundo Ambiental e a Praia Ambiente, E.M. e do Protocolo de Recolha de Resíduos Urbanos da Força Área Norte Americana, o reforço da frota de recolha de resíduos urbanos e a consignação a empreitada de “Empreitada do Projeto de Execução de Adução e Abastecimento de Água a Santa Rita/Juncal-Concelho de Praia da Vitória”.

Concretizaram-se projetos estratégicos destinados a cumprir com as disposições legais e a otimização da empresa, tais como a continuidade da implementação do Plano de Reestruturação Tarifária, de Renovação do Parque de Contadores e da Campanha “Tão fácil que até nós já separamos! E você?” e a aquisição de medidores de caudal.

No plano económico-financeiro, a Praia Ambiente, E.M. fechou o presente exercício económico com a sua situação económico-financeira consolidada, mantendo o equilíbrio entre sustentabilidade económica dos sistemas, qualidade dos serviços prestados e a salvaguarda dos interesses dos utilizadores.

O ano de 2018, foi também pautado pela alteração da composição do Conselho de Administração da empresa, em virtude da nomeação da Dr.^a Paula Ramos, pelo Governo Regional dos Açores, para Presidente do Conselho Diretivo do Instituto de Segurança Social dos Açores – ISSA., tendo assumido funções de Presidente do Conselho Dr. Tiago Ormonde.

O ano de 2019 será um ano de novos desafios e dificuldades que estamos certos que serão superados com o empenho de todos os intervenientes na ação da Praia Ambiente, E.M.. Certamente ficará marcado pela execução do Projeto de “Adução e Abastecimento de Água a

Santa Rita/Juncal”, o qual irá permitir garantir uma melhor qualidade da água e do serviço prestado.

Aproveitamos a oportunidade para agradecer aos nossos colaboradores o empenho e dedicação, aos nossos clientes, que através das suas sugestões e reclamações nos permitem melhorar o serviço em termos de qualidade e eficiência, a todos os consultores, fornecedores e prestadores de serviços, pela partilha continuada de soluções para fazermos melhor no futuro, à Entidade Reguladora de Águas e Resíduos dos Açores, pela emanação de diretrizes e recomendações com vista à melhoria continua da qualidade dos serviços prestados, e à Câmara Municipal da Praia da Vitória, acionista único, pela confiança e estímulo constantes, ao Fiscal Único e ao Conselho Geral da Empresa, pelo trabalho desenvolvido e pela confiança recíproca.

1.2 SUMÁRIO DO EXERCÍCIO

No cumprimento do disposto na alínea d) do n.º 1 do Artigo 42.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que aprova o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, o Conselho de Administração da Praia Ambiente, Empresa Municipal (Praia Ambiente, E.M.), apresenta o Relatório e Contas do exercício de 2018 e a proposta de aplicação de resultados, aprovados em reunião de 21 de março de 2019. O presente Relatório e Contas é acompanhado pela Certificação Legal das Contas e do Parecer do Fiscal Único, conforme estipula a alínea g) do Artigo 16.º dos Estatutos da Empresa.

A Praia Ambiente, E.M., apresenta uma situação económico-financeira equilibrada, traduzida num volume de negócios de 3.671 081,50 € e num resultado líquido de 46.471,54€, prova disso são também os resultados dos principais indicadores económico-financeiros.



1.3 ATIVIDADE DA EMPRESA

1.3.1 EMPRESA

A Praia Ambiente, E.M. desde 2007 que assume a responsabilidade por assegurar continuamente o fornecimento de água de qualidade aos seus clientes, gerir com eficiência a rede de drenagem de águas residuais e assegurar o seu tratamento, competências delegadas à Praia Ambiente pela Câmara Municipal da Praia da Vitória, em conformidade com o disposto no Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto.

Foi criada na sequência das deliberações da Câmara Municipal da Praia da Vitória, de 29 de setembro de 2006, ao abrigo do disposto na alínea a), do n.º 1 e n.º 3, do artigo 4º, da Lei n.º 58/98, de 18 de agosto e alínea l), do n.º 2, do artigo 53º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro. É uma empresa de gestão de serviços de interesse geral e de promoção do desenvolvimento local e regional, de natureza municipal, nos termos dos artigos 45º e 48º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, pessoa coletiva de direito privado, designada por entidade empresarial local dotada de personalidade jurídica e de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, ficando sujeita à tutela e superintendência da Câmara Municipal da Praia da Vitória.

1.3.1.1 MISSÃO

É missão da PRAIA AMBIENTE, E.M., assegurar continuamente o fornecimento de água de qualidade aos seus clientes, gerir com eficiência a rede de drenagem de águas residuais e assegurar o seu tratamento, e recolha atempada e integral de resíduos sólidos, contribuindo decisivamente para a excelência da qualidade de vida dos PRAIENSES.



1.3.1.2 RESPONSABILIDADES E OBJETIVOS

A Empresa assume grandes responsabilidades perante os seus clientes, munícipes do concelho de Praia da Vitória, enquanto razão principal da sua atividade e merecedores da maior qualidade no usufruto dos serviços prestados.

A Empresa deverá enquadrar a sua estratégia e atividade decorrente no estrito cumprimento da política definida pelo Executivo da Câmara Municipal de Praia da Vitória, seu acionista único e, como tal, detentor da capacidade de exercer uma superior orientação programática.

A Empresa deverá garantir condições logísticas de eficácia e segurança aos seus trabalhadores, mormente nas condições logísticas e técnicas garantidas para exercerem as suas funções e no cumprimento de uma política de incentivo à produtividade e à constante formação pessoal e profissional.

Objetivos

Proporcionar aos clientes um serviço de abastecimento de água de alta qualidade com um custo respeitador dos princípios da justiça social e cumprindo o princípio legal do utilizador-pagador, garantindo ainda o correto funcionamento do sistema e a célere resolução de problemas técnicos surgidos.

Proporcionar aos clientes um serviço de saneamento e de recolha de resíduos sólidos eficazes, garantindo ainda o correto funcionamento dos sistemas e a célere resolução de problemas técnicos surgidos.

Zelar pela boa exploração e manutenção da rede de águas pluviais e a sua adequada ampliação.

Proporcionar aos clientes meios eficazes de reclamação e acesso geral aos serviços garantindo respostas céleres às suas solicitações.

Assegurar a estabilidade económica e financeira da Empresa, aplicando uma gestão contemporânea, eficaz e respeitadora do estrito cumprimento das normas.

Assegurar estabilidade laboral e as regalias dos trabalhadores.

Dotar a empresa de uma estrutura orgânica marcada pela desburocratização e aplicação dos princípios de eficiência e rapidez nos processos de decisão e aplicação.

Marcar a utilização de *outsourcing* e de fornecimento externo de tarefas e serviços pelos princípios da busca de alta qualidade, respeito pelo controlo de custos e exclusivamente em situações devidamente justificadas pelos parâmetros referidos.

1.3.1.3 ÓRGÃOS SOCIAIS

Os órgãos sociais da Praia Ambiente, E.M. são constituídos por:

Conselho de Administração

Presidente do Conselho de Administração - Dr.^a Paula Ramos

Administrador Executivo - Dr. Jorge Leonardo

Administrador Não Executivo - Eng.^a. Sónia Silva

Conselho Geral

Câmara Municipal da Praia da Vitória

Representante dos Utentes

Representante de Entidades

Fiscal Único

Santos Vaz & Trigo Morais, SROC

1.3.1.4 ORGANOGRAMA

A estrutura orgânica da Praia Ambiente, E.M. aprovada no início de 2016, é a que se apresenta no organograma da figura 1, a qual divide-se em três áreas operacionais.

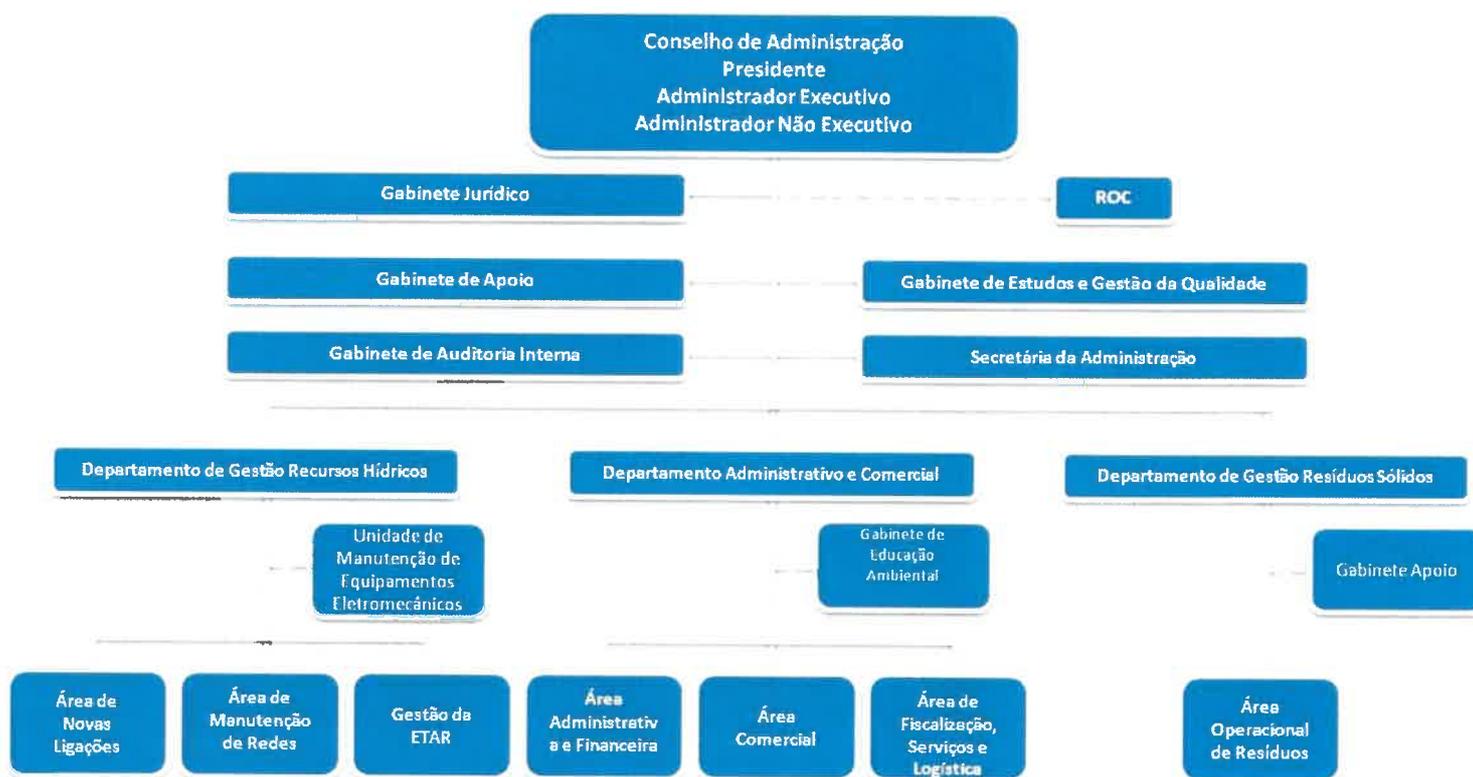


Figura 1. Organograma da empresa.

1.3.2 REGULAÇÃO

A regulação e supervisão das atividades desenvolvidas pela Praia Ambiente, E.M. são asseguradas pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos dos Açores- ERSARA, de acordo com o disposto da alínea e) do artigo 6.º do Decreto Legislativo Regional n.º 8/2010/A, de 5 março.



1.4 PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS

Em 2018, destaca-se da atividade desenvolvida pela Praia Ambiente, E.M. a concretização de projetos estratégicos destinados a cumprir com as disposições legais, com as disposições do Contrato de Gestão Delegada e com a otimização da empresa.

No primeiro trimestre de 2018 entrou em vigor o “**Manual de Processos de Ligação**”, o qual integra um conjunto de normas e exigências técnicas a que devem obedecer os projetos de redes de distribuição de água e de drenagem de águas residuais públicas ou prediais, bem como a execução das respetivas obras, com intuito de facilitar o desenvolvimento de projetos e respetivas obras de execução e novas ligações aos sistemas públicos de saneamento básico, no concelho de Praia da Vitória.

Foi dada continuidade ao **Plano de Renovação de Parque de Contadores**, o qual visa reduzir as perdas de água e dar cumprimento ao disposto na legislação aplicável ao Controlo Metrológico. A Praia Ambiente E.M. no que concerne à renovação do Parque de Contadores por equipamentos mais aprimorados que cumprem as condições metrológicas legalmente exigidas, de modo a reduzir substancialmente as perdas por submedição.

Celebrou-se o **Protocolo de colaboração institucional entre o Fundo Ambiental e a Praia Ambiente, E.M.**, o qual visa regular os termos e condições de financiamento pelo Fundo Ambiental das atividades de descontaminação dos solos e aquíferos no cumprimento dos compromissos emergentes de abastecimento de água no concelho da Praia da Vitória, a desenvolver pela empresa Praia Ambiente E.M. nomeadamente, o Projeto de Adução e Abastecimento de Água a Santa Rita / Juncal, as análises realizadas no âmbito do plano de monitorização (2011-2017) e as análises realizadas no âmbito do plano de monitorização (2018).

No âmbito dos serviços prestados de recolha de resíduos, no início do último trimestre, foi celebrado o **Protocolo de Recolha de Resíduos Urbanos da Força Área Norte Americana**.

Com vista a renovar o parque de viaturas afetas aos serviços e a colmatar as necessidades existente, foi adquirida uma viatura de recolha de resíduos sólidos urbanos, com capacidade de recolha de 16m³, e uma viatura comercial para afetação ao serviço de fiscalização.

A PAEM, empenhada em assegurar uma gestão eficiente do recurso água e no cumprimento dos instrumentos políticos da região, dos requisitos legais e das recomendações do regulador, bem

como garantir a sua sustentabilidade financeira, realizou a 2.ª Candidatura ao “Programa de Apoio à Aquisição de Medidores de Caudal” promovido pela ERSARA através da Portaria n.º 66/2017, de 24 de agosto, adquirindo mais 8 medidores de caudal para instalar em locais estratégicos do sistema de abastecimento de água, com vista a determinar o balanço hídrico do sistema de abastecimento de água e a estabelecer um controlo ativo de perdas. O controlo ativo de perdas permitirá uma maior eficiência na gestão com benefícios em termos de redução de custos de operação e de capitais.

Na totalidade o montante de investimento da Praia Ambiente, E.M. na aquisição de medidores de caudal e acessórios e tubagem necessária à sua montagem foi de 32.763,17€ + IVA, tendo sido participado ao abrigo do Programa de Apoio do ERSARA em 10.000,00€.

Destaca-se ainda, em 2018, a **consignação a empreitada de “Empreitada do Projeto de Execução de Adução e Abastecimento de Água a Santa Rita/Juncal-Concelho de Praia da Vitória”**, adjudicada ao consórcio Tecnovia, Marques,” consórcio realizado entre Tecnovia Açores - Sociedade de Empreitadas, SA e Marques, SA, sendo a Tecnovia Açores - Sociedade de Empreitadas, S.A. a empresa líder do Consórcio, no valor total de € 1 969 760,00 e pelo prazo de execução de 450 dias, por contrato celebrado aos 13 dias do mês de agosto do ano de 2018.

Esta empreitada é participada pelos fundos estruturais comunitários FEDER e FSE, Programa Operacional Açores 2020 enquadrado na tipologia de investimentos do Eixo Prioritário 6 – Ambiente e Eficiência dos Recursos, e visa reforçar, requalificar e dotar a Zona de Abastecimento de Santa Rita/Juncal de origens de abastecimento de água com qualidade, de novos órgãos, adutoras, condutas, e equipamentos eletromecânicos, por forma a suprimir as carências e fragilidades do zona de abastecimento, quer ao nível da captação, armazenamento e transporte, quer ao nível da qualidade de água.

No domínio da política tarifária foi dada continuidade ao **Plano de Reestruturação Tarifária**, com início em 2015 e em vigor até 2020, o qual visa definir uma evolução tarifária que permita a equidade social, favorecendo as famílias de baixo rendimento social e numerosas, a recuperação dos encargos dos serviços tendo por base critérios de racionalidade económica e financeira, garantindo a sustentabilidade e melhoria do desempenho da Praia Ambiente, E.M., dando assim cumprimento à recomendação tarifária n.º 1/2015 do ERSARA.

1.4.1 CONTRATOS

No final do ano de 2018, o número de contratos ativos de abastecimento de água da Praia Ambiente E. M. encontrava-se distribuído tal como demonstra o quadro abaixo, num total de 10.582 contratos, não se verificando variação significativa em relação ao período homólogo de 2017.

Quadro 1 – Evolução no número de contratos ativos por serviço e tipologia.

Tipo de cliente	2017	2018	Δ
Contratos Ativos	10.457	10.582	1,18%
Doméstico	8.666	8.769	1,17%
Não Doméstico	1.791	1.813	1,21%
Contratos Ativos com a componente de Saneamento de Águas Residuais	3.335	3.370	1,04%
Doméstico	2.901	2.945	1,49%
Não Doméstico	434	425	-2,12%
Contratos Ativos com a componente de Resíduos Urbanos	9.396	9.477	0,85%
Doméstico	8.603	8.693	1,04%
Não Doméstico	793	784	-1,15%

1.4.2 CONTADORES

No final de 2018, o número de contadores de água fria instalados da Praia Ambiente, E. M. encontrava-se distribuído tal como demonstra o quadro abaixo, num total de 10.545 contadores instalados com contrato ativo, não se verificando variação significativa em relação ao período homólogo de 2017.

Quadro 2 – Evolução do número de Contadores Instalados.

Setor	2017	2018	Δ
Doméstico	8.689	8.747	0,67%
Empresarial	1.575	1.577	0,13%
Público	101	102	0,99%
Instituições Sem Fins Lucrativos	119	119	0,00%
TOTAL	10.484	10.545	0,58%



1.4.3 VOLUME DE ÁGUA FATURADO

No que concerne ao volume de água faturada, a Praia Ambiente, E. M. faturou, em 2018, 1.482.608 m³, o que equivale a uma média diária de 4.062 m³.

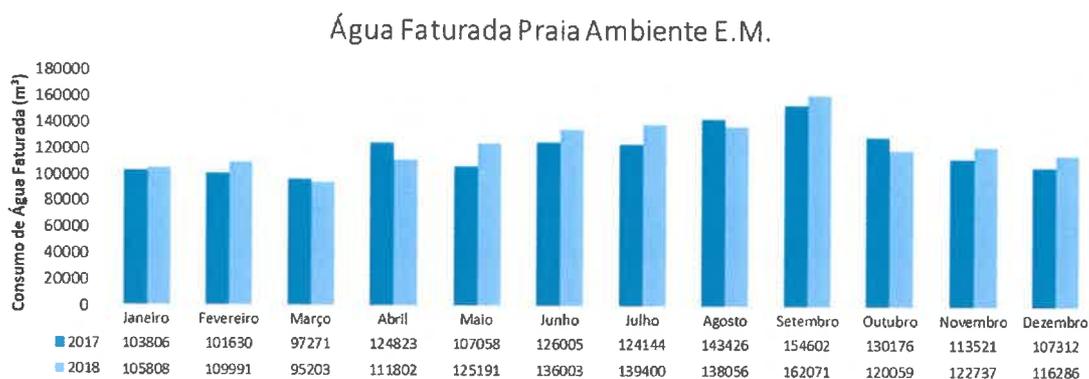


Figura 2 – Evolução mensal da Água faturada (m³).

O aumento de consumo registado, apesar de em termos globais ter sido ligeiro, é resultado do aumento do poder de consumo dos clientes, na sua globalidade, e pelo aumento significativo do consumo na agropecuária devido aos períodos de seca que ocorreram em 2018.

Para uma melhor caracterização dos consumos de água os clientes da Praia Ambiente E.M. foram agrupados por classes de consumo de acordo com a sua atividade, nomeadamente: Agropecuária, Doméstico, Indústria e Comércio, Instituições e sem Fins Lucrativos, Organismos Públicos e Sazonal.

Face ao ano de 2017, em termos globais, verificou-se um aumento de 3,41 % no volume de água faturado, sendo que as classes de consumo em que se verificaram os maiores aumentos foram as denominadas Sazonal, Agropecuária e Organismos Públicos (ver quadro seguinte).



Quadro 3 – Somatório da água faturada por tipologia de cliente (m³).

Tipo de Cliente	2017	2018	Δ
Agropecuária	140.356	166.440	18,58%
Doméstico	969.065	973.208	0,43%
Indústria e Comércio	207.672	210.996	1,60%
Instituições sem fins lucrativos	19.893	20.876	4,94%
Organismos Públicos	92.206	104.137	12,94%
Sazonal	4.581	6.951	51,74%
Total Geral	1.433.773	1.482.608	3,41%

Nos gráficos seguintes ilustram-se os comportamentos mensais do consumo de água por tipologia de cliente, sendo possível identificar os meses em que determinada classe de consumo contribui para o aumento, ou redução, global do consumo.

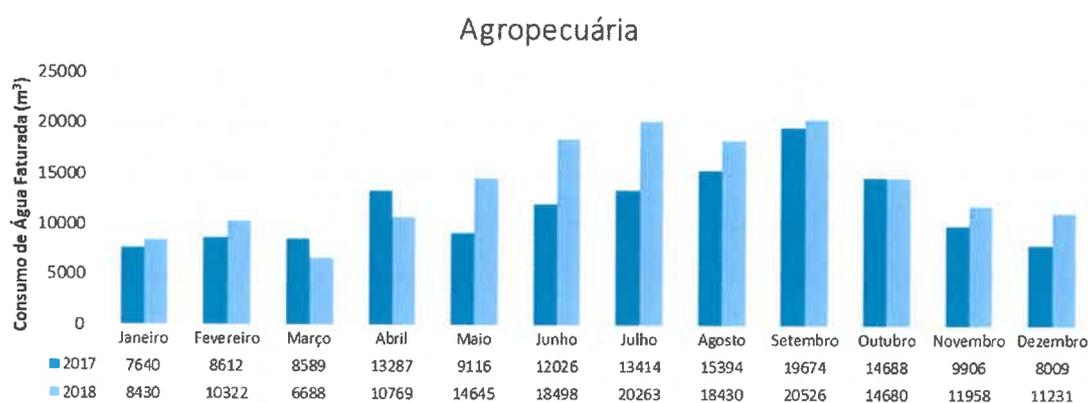


Figura 3 - Evolução mensal da Água faturada à Agropecuária (m³).

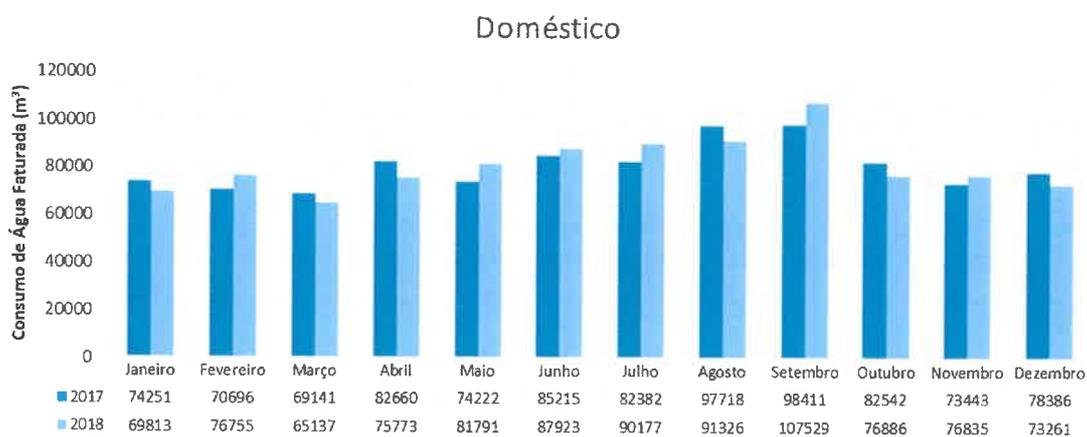


Figura 4 - Evolução mensal da Água faturada aos clientes Domésticos (m³).

Indústria e Comércio

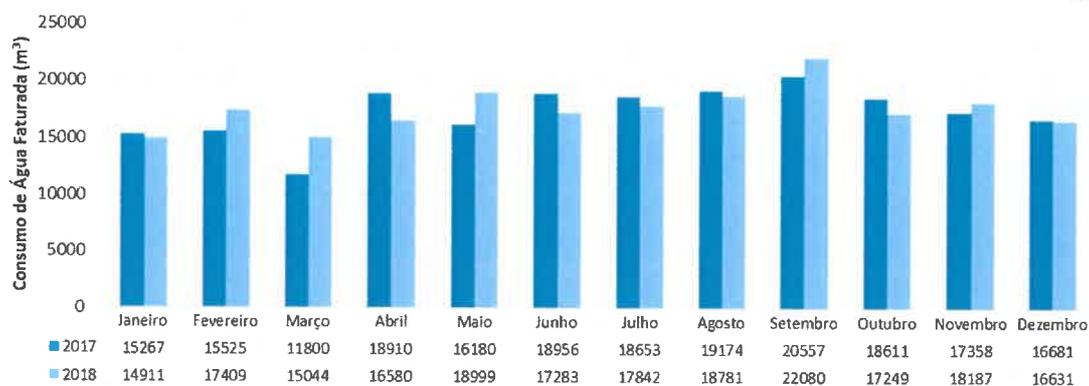


Figura 5 - Evolução mensal da Água faturada à Indústria e Comércio (m³).

Instituições Sem Fins Lucrativos

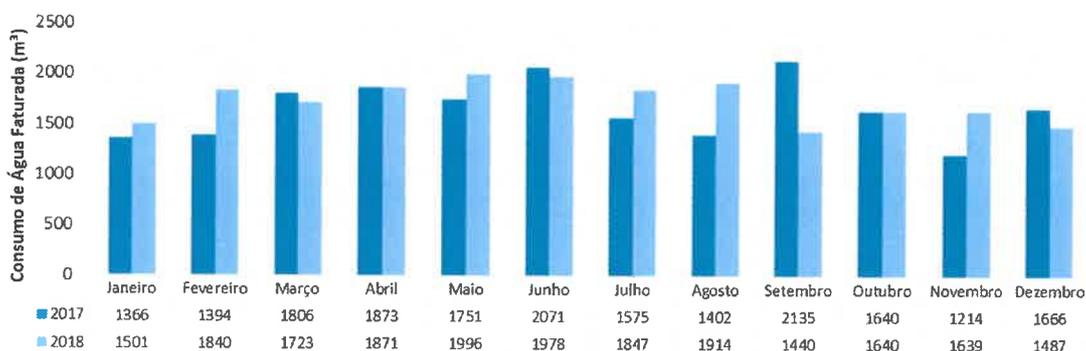


Figura 6 - Evolução mensal da Água faturada às Instituições Sem Fins Lucrativos (m³).

Organismos Públicos



Figura 7 - Evolução mensal da Água faturada aos Organismos Públicos (m³).

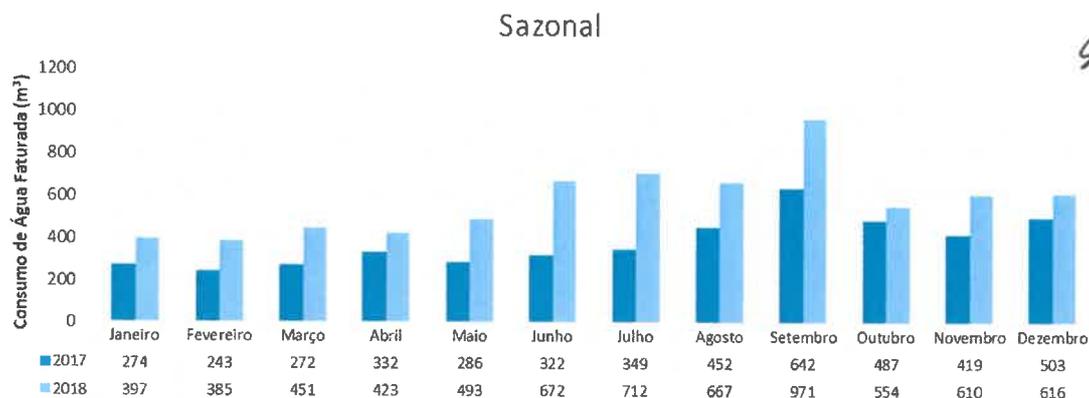


Figura 8 - Evolução mensal da Água faturada à Classe Sazonal (m³).

Relativamente à análise dos gráficos apresentados importa salientar o aumento de consumo nos meses de maio a setembro na Tipologia Agropecuária. Este aumento é justificado pelo período de seca que ocorreu nesse período.

Para além do aumento de consumo na Agropecuária, verificou-se um aumento significativo nos Organismos Públicos. Este aumento ficou a dever-se a duas situações de rotura da rede predial de dois clientes os quais deram origem a grandes derrames de água. Como esta classe é caracterizada por ter poucos clientes, sendo alguns considerados grandes consumidores (tendo em consideração o universo da Praia Ambiente E.M.), qualquer variação significativa num cliente irá, inevitavelmente, influenciar significativamente o consumo total desta classe, e consequentemente apresentar elevadas variações percentuais.

A Classe Sazonal, que se aplica, sobretudo, a situações de Obras e similares, registou um aumento ao longo do ano, com especial incidência no período de verão resultado do aumento do n.º de construções verificado no concelho.

No que concerne às restantes tipologias de clientes, estas mantiveram, de uma forma geral, um aumento global, que foi variando ao longo dos meses, não sendo possível identificar razões pontuais que justificam alguns decréscimos em determinados meses.



1.4.4 SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS

No que concerne ao saneamento variável faturado de águas residuais, a Praia Ambiente, E. M. faturou, em 2018, 532.404 m³, o que equivale a uma média diária de 1.469 m³. O saneamento variável é faturado a todos os clientes que se encontram ligados ao sistema público de drenagem de águas residuais, sendo que o volume drenado é calculado tendo em conta o consumo do cliente.

Em 2018, por recomendação da Entidade Reguladora dos Serviço de Águas e Resíduos dos Açores (ERSARA), foi aplicado um coeficiente de 0.9 para apuramento do volume de saneamento a faturar aos clientes domésticos.

No gráfico seguinte é possível verificar que, em termos globais, em 2018, houve um aumento de volume de saneamento faturado relativamente a 2017, nomeadamente de 59,52%. Este aumento deveu-se ao aumento de consumo de água pelos clientes usufrutuários do sistema público de drenagem de águas residuais.

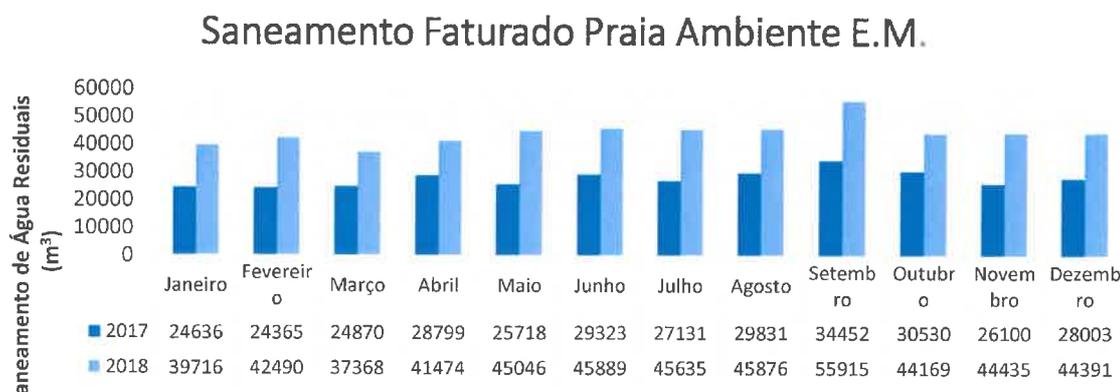


Figura 9 – Evolução mensal do Saneamento Variável (m³).

Para uma melhor caracterização dos valores apresentados procedeu-se à mesma classificação de clientes como no capítulo referente aos volumes de água de abastecimento faturados.

Em termos globais, as classes de consumo com maior aumento foram os Domésticos e Instituições Sem Fins Lucrativos. As classes Indústria e Comércio e Organismos Públicos tiveram uma redução pouco significativa. (ver quadro seguinte).

Quadro 4 – Somatório da água faturada por tipologia de cliente (m³).

Tipo de Cliente	2017	2018	Δ
<i>Doméstico</i>	235.953	435.071	84,39%
<i>Indústria e Comércio</i>	53.758	53.115	-1,20%
<i>Instituições sem fins lucrativos</i>	10.489	11.786	12,37%
<i>Organismos Públicos</i>	33.557	32.432	-3,35%
Total Geral	333.757	532.404	59,52%

Nos gráficos seguintes ilustram-se os comportamentos mensais do volume de águas residuais faturadas por tipologia de cliente, sendo possível identificar os meses em que determinada classe de consumo contribuiu para o aumento, ou redução, global desse volume.



Figura 10 – Evolução mensal do Saneamento Variável faturado aos clientes Domésticos (m³).

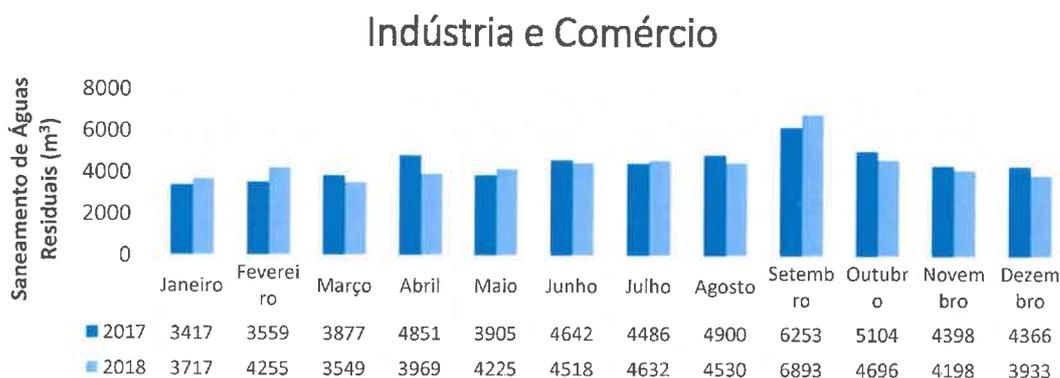


Figura 11 – Evolução mensal do Saneamento Variável faturado à Indústria e Comércio (m³).

Instituições Sem Fins Lucrativos

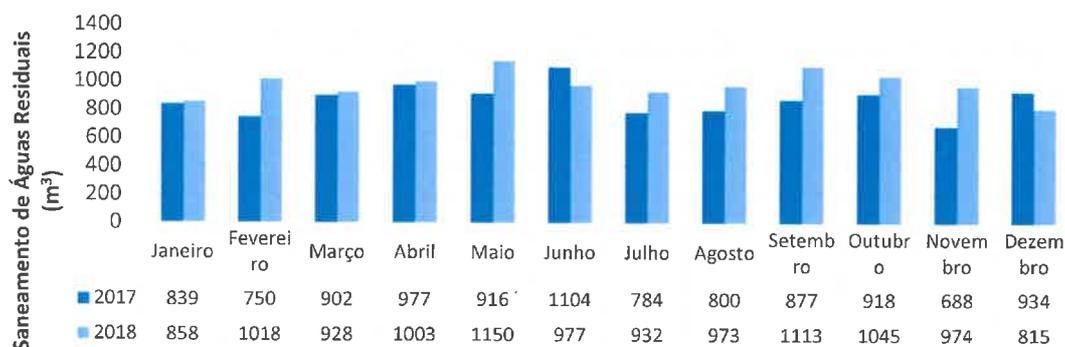


Figura 12 – Evolução mensal do Saneamento Variável faturado às Instituições Sem Fins Lucrativos (m³).

Organismos Públicos



Figura 3 – Evolução mensal do Saneamento Variável faturado aos Organismos Públicos (m³).

Como referido no capítulo sobre os consumos de água faturados, relativamente às classes Organismos Públicos e Instituições Sem Fins Lucrativos, como se tratam de classes com poucos clientes, quando existe alguma situação de derrame ou de redução substancial num cliente haverá inevitavelmente uma alteração significativa no total do consumo da respetiva classe (em termos de percentagem), como é o caso, por exemplo, no mês de setembro em que um organismo publico teve uma redução brusca de consumo (o que implicou a redução do volume faturado como saneamento).

1.4.5 SERVIÇOS

No que concerne ao número total de serviços executados nos anos de 2017 e 2018, importa salientar que houve uma redução generalizada, tal como pode ser verificado pelo quadro seguinte, em virtude de uma melhor qualidade de serviço prestado.

Quadro 5 -Evolução do Nº de Serviços Executados.

Total de Serviços executados			
Mês	2017	2018	Δ
janeiro	635	482	-24%
fevereiro	544	414	-24%
março	768	473	-38%
abril	506	431	-15%
maio	636	596	-6%
junho	566	615	9%
julho	627	512	-18%
agosto	519	553	7%
setembro	636	547	-14%
outubro	502	577	15%
novembro	439	607	38%
dezembro	417	428	3%
TOTAL	6.795	6.235	-8%

1.4.5.1 SERVIÇOS EXTRA DE RESÍDUOS

Relativamente aos serviços emitidos (solicitados) de recolha de resíduos extra houve uma redução de 7% no ano de 2018, em comparação com 2017.

Entende-se por serviço de recolha extra todos os serviços solicitados de recolha de resíduos que carecem de marcação e que não são recolhidos nas rotas periódicas de recolha, sendo tarifadas de acordo com o tarifário em vigor e de acordo com o Regulamento Municipal de Resíduos.

A redução da solicitação de serviços justifica-se, em parte, pela aplicação de uma tarifa de recolha a todos os serviços de recolha extra, a partir de certas quantidades estabelecidas no Regulamento Municipal, e também pelo facto de a Praia Ambiente, E. M. ter disponibilizados contentores e ecopontos ao longo do município para usufruto dos nossos clientes.

Os valores relativos ao número de serviços solicitados de recolhas extras encontram-se apresentada no quadro seguinte:

Quadro 6 - Evolução do Nº de Pedidos de Recolhas Extra.

Serviços de Recolha Extra

	2017	2018	Δ
Monstros	601	591	-2%
Verdes	405	342	-16%
RCD's	21	25	19%
Óleos alimentares	3	8	167%
Resíduos Indiferenciados	31	32	3%
Resíduos Recicláveis	9	6	-33%
REE's	45	32	-29%
TOTAL	1115	1036	-7%

1.4.5.2 PEDIDOS DE LIGAÇÃO AO SISTEMA PÚBLICO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS

A ligação de um determinado local aos sistemas públicos de distribuição de água e/ou de drenagem de águas residuais urbanas é requerido através de um Processo de Ligação que é instruído de acordo com a sua especificidade, tendo em conta a natureza da intervenção a realizar e o uso a que se destina o espaço.

Assim, todos os pedidos de ligação, ou de modificação da ligação existente, aos serviços públicos carecem de um estudo de viabilidade, que analisará as condições de disponibilidade, no local, para abastecimento de água ou para receção de águas prediais, caso se trate de um processo de ligação de águas de abastecimento ou de drenagem de águas residuais, respetivamente.

No caso de um processo de ligação implicar a construção ou modificação de redes prediais, no decorrer deste processo, haverá lugar a uma verificação dos respetivos projetos e, caso necessário, de vistorias ao local.

Em 2018, houve um aumento nos pedidos de viabilidade de ligação/modificação aos sistemas de abastecimento de água em cerca de 15%, em comparação com 2017 (ver quadro seguinte), no entanto na análise dos quadros seguintes deverá ser tido em conta que todo este processo só entrou em vigor em meados de 2017 e que, naturalmente, os números apresentados de 2017 serão inferiores. Em 2017 muitos ramais foram construídos, antes da entrada em vigor dos processos de ligação, apenas mediante a aprovação de um processo simples de viabilidade que consistia, basicamente, na análise da disponibilidade de rede.

Quadro 7- Evolução de Processos de ligação iniciados.

Processos de Ligação			
	2017	2018	Δ
<i>Processos de Ligação água</i>	145	183	26%
<i>Processo de Ligação Saneamento</i>	101	99	-2%
TOTAL	246	282	15%

No que concerne à verificação de projetos também se verificou um aumento do número de pedidos em relação (ver quadro seguinte):

Quadro 8- Evolução do Nº de verificações de projeto de redes prediais solicitadas.

Processos de Ligação			
	2017	2018	Δ
<i>Verificação Proj. Águas</i>	15	71	373%
<i>Verificação Proj. Saneamento</i>	13	72	454%
TOTAL	28	143	411%

Apesar do aumento de processos de ligação iniciados houve uma redução do número de vistorias solicitadas, conforme se pode constatar pelo quadro seguinte:

Quadro 9 - Evolução do Nº de Pedidos de Vistoria.

Vistoria			
	2017	2018	Δ
<i>Vistorias</i>	108	106	-2%

Em termos de pedidos efetivos de ligação/modificação da ligação (em que foram aprovados na fase de viabilidade e foram aceites os respetivos orçamentos) houve uma redução quer no que



concerne ao abastecimento de água, quer no que concerne ao saneamento de águas residuais, apesar do aumento no número de pedidos de viabilidade de ligação.

Em relação ao ano de 2017, houve uma redução de 30% nos pedidos de ramal de água e uma redução de 45% em relação aos ramais de saneamento, conforme se encontra demonstrado no quadro seguinte:

Quadro 10 - Evolução do Nº de Pedidos de Ramal.

Pedido de ramal

	2017	2018	Δ
<i>Construção ramais de água</i>	90	63	-30%
<i>Construção ramais de saneamento</i>	11	6	-45%
<i>Derivações e Modificações de ramais de água</i>	46	66	43%
TOTAL	101	69	-32%

1.4.5.3 SERVIÇOS DE APOIO AO DOMICÍLIO

Os serviços de apoio ao domicílio englobam deslocações para efeitos diversos, verificações aos contadores por suspeita de entupimento, pedidos de registo de pressão e reparações diversas.

Para além destes serviços a Praia Ambiente, E. M. também dispõe de uma equipa que presta um serviço especializado na deteção de fugas de redes prediais.

Em 2018, em linha com os restantes serviços, uma redução no número de pedidos de assistência ao domicílio, em relação ao mesmo período de 2018, tal como é evidenciado no quadro seguinte:

Quadro 11- Evolução do Nº de Serviços de Apoio Domiciliário Emitidos.

Serviços apoio domiciliário

	2017	2018	Δ
<i>Verificações de contador</i>	23	9	-61%
<i>Deslocações</i>	148	126	-15%
<i>Verificações Diversas Águas de Abastecimento</i>	213	140	-52%
<i>Verificações Diversas Saneamento</i>	64	61	-5%
<i>Verificações Diversas Resíduos</i>	39	52	33%
<i>Reparações diversas</i>	224	167	-34%
<i>detetor de fugas</i>	46	43	-7%
<i>registos de pressão</i>	41	54	32%
TOTAL	798	652	-18%



1.4.5.4 SERVIÇOS AUXILIARES

Para além dos serviços apresentados que, normalmente, são solicitados pelos clientes, existem outros serviços que são emitidos e que decorrem da atividade comercial que tem implicação direta no decorrer da gestão dos respetivos contratos dos clientes. Estes serviços são considerados auxiliares e encontram-se descritos no quadro seguinte:

Quadro 12 - Evolução do Nº de Serviços de Auxiliares Emitidos.

serviços auxiliares

Tipo de Serviço	2017	2018	Δ
<i>Corte de ligação direta</i>	7	29	314%
<i>Tamponamento de ramais</i>	21	12	-43%
<i>fecho de água</i>	734	681	-7%
<i>abertura de água</i>	729	642	-12%
<i>colocação de contador</i>	294	259	-12%
<i>retirada de contador</i>	167	181	8%
<i>substituição de contador</i>	546	607	11%
<i>leituras extra</i>	1.483	1.145	-23%
<i>outros</i>	560	464	-17%
TOTAL	4.120	3.682	-11%

Como é possível verificar pelos dados do quadro anterior, em termos totais, houve uma redução de 12%, em termos de serviços emitidos, em 2018, em relação a 2017.

1.4.5.5 LEITURAS

No quadro seguinte é possível aferir a quantidade de leituras realizadas pela entidade gestora e a fornecida pelos Clientes. Atualmente a Praia Ambiente E.M realiza leituras mensais aos contadores, exceto nos casos em que os contadores se encontram inacessíveis aos leitores, sendo necessário proceder a uma marcação prévia de serviço de leitura.

Quadro 13 - Evolução do Nº de leituras, por meio de leitura.

<i>Meio de leitura</i>	2017	2018	Δ
<i>Cliente</i>	2.393	2.516	5%
<i>Serviço/Corretiva</i>	5.544	5.186	-7%
<i>Leitor</i>	105.715	96.851	-8%
Total Geral	113.652	104.553	-8%

Em 2018, houve uma redução no número de leituras físicas realizadas, em virtude da ausência prolongada de um dos leitores tal facto foi colmatado pelo aumento no número de leituras fornecidas pelos nossos clientes bem como, pelo recurso a estimativa de consumos. Os clientes da Praia Ambiente E.M. têm ao seu dispor vários meios para fornecer leituras, nomeadamente, por telefone, email, através do balcão digital do site da empresa ou, caso entendam, presencialmente.

1.4.6 RECLAMAÇÕES

Para a Praia Ambiente, E. M. as reclamações apresentadas pelos clientes são uma oportunidade de melhoria dos serviços prestados, permitindo prevenir situações que lhe deram origem e ir ao encontro das suas expetativas, preocupações e interesses.

A Praia Ambiente E.M. procede ao levantamento de uma reclamação e procede ao seu respetivo tratamento sempre que um cliente nos contata, presencialmente, por email, por carta, telefone

ou através do balcão digital do nosso site e nos chame atenção para qualquer aspeto do serviço prestado diretamente por esta entidade gestora.

No ano em análise, o número de reclamações foi de 33, valor inferior a 2017. No livro de reclamações foram apresentadas duas reclamações, metade do valor apresentado no ano transato.

Quadro 14- Evolução das reclamações (2017-2018).

	2017	2018	Δ
Livro de Reclamações	4	2	-50%
Reclamações	34	31	-8%
TOTAL	34	33	-2%

A respostas às reclamações são elaboradas no prazo máximo de 10 dias úteis, não obstante o Decreto-lei nº 194/2009, de 20 de agosto, definir 22 dias úteis. O tempo médio de respostas às reclamações escritas apresentadas em 2018 foi de 4 dias, o que equivale a uma boa qualidade de serviços, segundo o indicador da ERSARA, à semelhança do ano anterior. Esta situação resulta da redefinição dos procedimentos de análise das reclamações com vista a tornar as repostas aos clientes mais céleres.

1.4.7 ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS

No âmbito das suas competências, a Praia Ambiente, E.M. é responsável pela exploração e manutenção do sistema de abastecimento de água do concelho da Praia da Vitória. Este abrange uma área de 162 km² e uma população residente de 21 035 habitantes. É composto por 4 subsistemas de distribuição de água: o Subsistema Agualva/Praia, o Subsistema Fonte do Bastardo/Porto Martins/Cabo da Praia, o Subsistema Quatro Ribeiras e o Subsistema Caparica/Biscoitos.

A água é captada em 8 furos subterrâneos e 9 conjuntos de nascentes localizados no concelho da Praia da Vitória, aduzida até 26 reservatórios, com uma capacidade de reserva disponível de 7 945 m³/dia e distribuída através de um sistema de condutas, com 279 km de comprimento e 10 567 ramais de ligação.

Em 2018, foram executados trabalhos de substituição de equipamentos e implementadas melhorias a nível das infraestruturas de rede de abastecimento de água por forma a melhorar o seu desempenho e fiabilidade, destacando-se:

- Reparação da conduta elevatória do Furo do Barreiro F5, freguesia das Fontinhas
- Substituição por avaria do motor do Furo do Pico Celeiro F0, freguesia de Santa Cruz
- Reparação de uma rotura na rede (Ø140) de abastecimento de água na Rua da Caldeira, freguesia das Lajes.
- Reparação de uma rotura na rede (Ø110) de abastecimento de água no Vale Farto, freguesia de Santa Cruz.
- Substituição do grupo eletromecânico por avaria do motor (queimou) do furo de captação de água F4, no Juncal, freguesia de Santa Cruz
- Reparação da conduta elevatória do Furo do Barreiro F5, freguesia das Fontinhas
- Reparação de uma rotura na rede (Ø63) de abastecimento de água no Caminho do Concelho, freguesia dos Biscoitos.
- Substituição do grupo eletromecânico por avaria do motor (queimou) do furo de captação de água F10, no Pico Viana, freguesia dos Biscoitos.
- Reparação de uma rotura na rede de abastecimento de água na Rua Padre Lourenço Ávila, vila das lajes.
- Remoção, reparação e montagem dos motores da estação de bombagem EEAR-9 de esgotos no Caminho da Doca, após avarias sucessivas dos motores reparados optamos pela substituição de dois motores novos, freguesia das Lajes.
- Substituição do grupo eletromecânico por avaria do furo de captação de água F0, no Pico Celeiro, freguesia de Santa Cruz
- Reparação de uma rotura na rede (Ø160) de abastecimento de água na Zona Industrial da Praia da Vitória, freguesia de Santa Cruz.
- Reparação da conduta elevatória do Furo do Pico Celeiro F0, freguesia de Santa Cruz

- Substituição do grupo eletromecânico por avaria do furo de captação de água do Barreiro F5, freguesia das Fontinhas
- Reparação da conduta elevatória do Furo do Pico Celeiro F0, freguesia de Santa Cruz
- Substituição e montagem do quadro elétrico da estação de bombagem EEAR-9.
- Apoio às festas da Praia nas montagens de redes e limpeza dos órgãos de águas residuais domésticas na feira de gastronomia, clube naval, zona de concertos, etc.

O controlo do sistema de abastecimento é realizado diariamente, podendo ser acionado, em caso de necessidade, um piquete de intervenção e reparação, durante 24 horas por dia.

1.4.8 CONTROLO DA QUALIDADE DA ÁGUA

Assegurar continuamente a distribuição de água com qualidade em todo o sistema de abastecimento de água, constitui um objetivo primordial da Praia Ambiente, E.M..

A qualidade da água é assegurada através do Plano de Controlo da Qualidade da Água (PCQA) no sistema de abastecimento da Praia Ambiente, E.M. cuja elaboração, implementação e gestão é da responsabilidade da Praia Ambiente. Possui duas componentes de atividade: o controlo legal, relativo ao programa de amostragem e de análise realizado em cumprimento dos requisitos legais, definidos no Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, e o controlo operacional/vigilância.

No ano de 2018, o **cumprimento dos valores paramétricos** definidos no Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, foi de **98,49 % nas torneiras dos consumidores** residentes no concelho da Praia da Vitória e de **100% no ponto de entrega** aos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo.

Relativamente ao ano anterior verificou-se uma diminuição do cumprimento dos valores paramétricos de 0,42%, sobretudo devido a este ano ter-se registado um maior número de incumprimentos do parâmetro fluoreto cuja causa é a natureza hidrogeológica do aquífero de abastecimento de água.

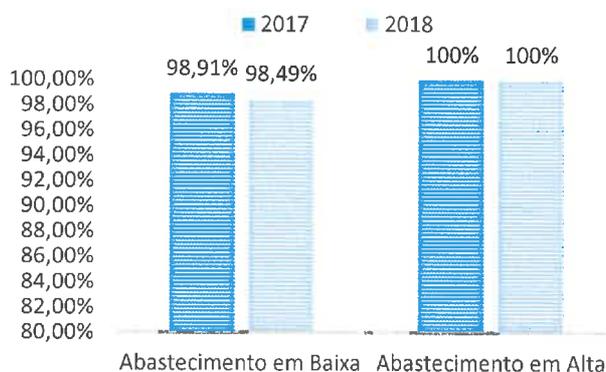


Figura 14. Percentagem de Água Segura, por tipo de abastecimento.

A avaliação dos resultados relativos ao cumprimento da legislação sobre a qualidade da água fornecida pela Praia Ambiente confirma a muito boa qualidade da água fornecida pela Praia Ambiente, E. M. em baixa e em alta.

Conforme o estabelecido no ponto n.º 1, do Artigo 17º, do Decreto-Lei n.º 306/2007, 27 de agosto, a Praia Ambiente, E.M. procede à divulgação dos resultados do controlo de qualidade da água do Concelho de Praia da Vitória através dos editais públicos e do *site*, bem como através da sua afixação na loja de atendimento ao cliente.

Na tabela seguinte apresentam-se os indicadores mais relevantes relativos ao controlo efetuado em 2018.

Quadro 15. Evolução dos Indicadores de Controlo da Qualidade da Água.

Indicadores do Controlo da Qualidade da Água	2017	2018
Programa de Controlo de Qualidade da Água (PCQA) – Abastecimento em Baixa		
Número de análises obrigatórias realizadas à qualidade da água (n.º/ano)	1576	1589
Taxa de execução de análises obrigatórias	100%	100%
Número de análises realizadas aos parâmetros com valor paramétrico (n.º/ano)	1284	1297
Taxa de análises conformes com o valor paramétrico (%)	98,91%	98,41%
Percentagem de Água Segura (%)	98,91%	98,41%
Número de colheitas efetuadas	150	150
Programa de Controlo de Qualidade da Água (PCQA) – Abastecimento em Alta		
Número de análises obrigatórias realizadas à qualidade da água (n.º/ano)	78	78
Taxa de execução de análises obrigatórias	100%	100%
Número de análises realizadas aos parâmetros com valor paramétrico (n.º/ano)	69	69
Taxa de análises conformes com o valor paramétrico (%)	100%	100%
Percentagem de Água Segura (%)	100%	100%
Número de colheitas efetuadas	4	4

1.4.9 DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS

A drenagem de águas residuais, no concelho da Praia da Vitória, é efetuada através de uma rede de coletores, constituída por 63,2 km de coletores gravíticos e de condutas elevatórias e 17 estações elevatórias, que permitem o transporte das águas residuais até a Estação de Tratamento de Águas Residuais da Praia da Vitória (ETAR).

Em 2018, foi tratado um total de 263 661 m³ de água residual, registando-se um aumento de cerca de 6%, em relação ao seu período homólogo (em que foram tratados 249 888 m³).

Em termos, qualitativos, durante o período em análise, foram realizadas as 12 recolhas, conforme exigido na Licença de Descarga da ETAR da Praia da Vitória, registando-se 100% de cumprimento dos parâmetros de descarga (apesar de no mês de agosto se ter verificado 1 incumprimento do parâmetro CBO₅, em termos de % mínima de redução esta foi cumprida).

No ano em exercício, para além das operações de manutenção e conservação previstas no Plano de Manutenção da ETAR, foram realizadas operações de manutenção corretiva e implementadas melhorias na Estação Elevatória n.º 4 e na ETAR da Praia da Vitória que permitiram o melhor funcionamento e conservação das mesmas.

No âmbito da atividade de saneamento de águas residuais, a Praia Ambiente, E.M. desenvolve e presta ainda outros serviços, tais como:

- Exploração da ETAR do Parque Industrial;
- Limpeza de fossas; e
- Execução de ramais de esgotos.

1.4.10 RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

A Praia Ambiente, E.M. assume a responsabilidade pela recolha e transporte de resíduos urbanos e equiparados de produtores que não excedam 1 100 litros diários/produtor em todo

o concelho da Praia da Vitória, disponibilizando para o efeito 311 equipamentos de deposição em espaços públicos.

A atividade de recolha de resíduos urbanos, desenvolvida pela Praia Ambiente, E.M. inclui a recolha de resíduos indiferenciados, a recolha seletiva de embalagens, a recolha de óleo alimentar usado e a recolha de monstros.

A recolha seletiva de resíduos é realizada através da rede de 258 ecopontos, distribuídos pelas freguesias do concelho, integrados num sistema de deposição de resíduos urbanos de ecoilhas, e de 21 oleões distribuídos pelo concelho.

Em 2018, foram recolhidos pelos serviços da empresa cerca de **8 968,705 toneladas de resíduos**, verificando-se um aumento de 1,44% relativamente ao ano anterior.

Recolha Indiferenciada de Resíduos Urbanos

A recolha de resíduos indiferenciados no concelho é realizada diariamente por 4 viaturas pesadas de recolha especializada, com equipas de 3 efetivos para a zona rural e 1 equipa de 3 efetivos para a zona urbana, num total de 4 condutores/operários e 8 operários de recolha.

A recolha de resíduos indiferenciados foi de 7 412,73 toneladas, mais 3% do que o ano anterior, representando ainda 82,65% da totalidade dos resíduos recolhidos.

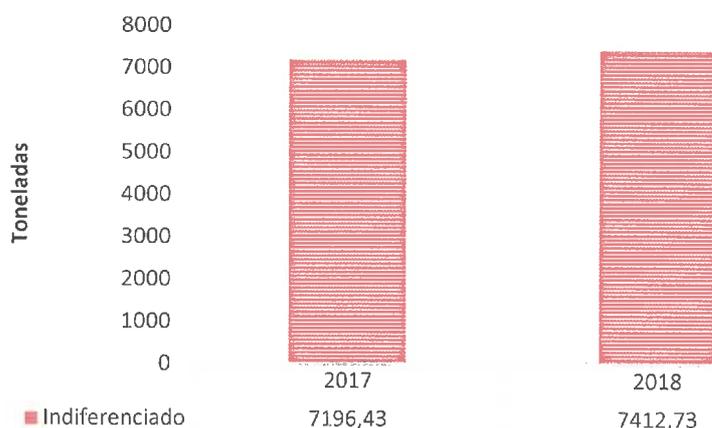


Figura 15. Evolução da recolha Indiferenciada.

Recolha Seletiva de Resíduos

A recolha seletiva é realizada pela Praia Ambiente, E.M através de circuitos específicos, garantindo assim a entrada destes no circuito de reciclagem.

A recolha seletiva no canal HORECA (Hotéis, Restaurantes e Cafés) do concelho, envolve a cedência temporária ao estabelecimento comercial de equipamentos destinados à separação dos resíduos valorizáveis e a integração em circuitos semanais de recolha.

Existem três tipos de recolha seletiva: a realizada no Canal Horeca e pequenos produtores de papel/cartão, a recolha seletiva porta-a-porta de plástico (doméstico e HORECA rural) e pequenos produtores de plástico e a recolha na rede de ecopontos.

No ano de 2018, recolheram-se 1 231,40 toneladas de resíduos de embalagens, verificando-se um **aumento de cerca de 1,18%** de resíduos recolhidos relativamente ao ano anterior, representando 13,73% do total dos resíduos recolhidos.

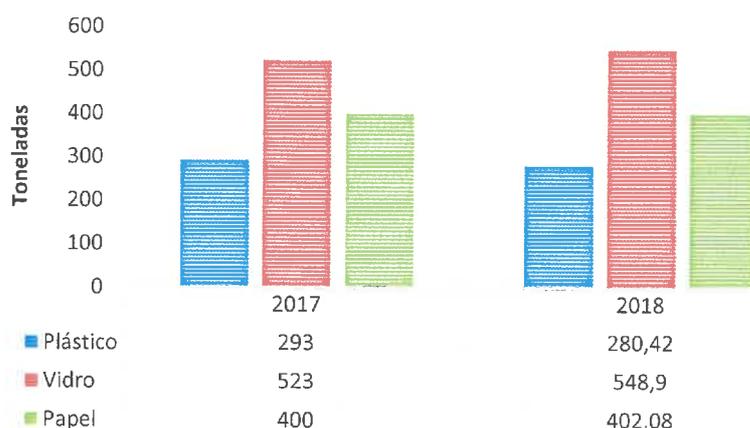


Figura 16. Evolução da quantidade de embalagens recolhidas seletivamente.

Recolha de Óleos Alimentares Usados

A Praia Ambiente, E.M. assegura igualmente a recolha do óleo alimentar usado, recolhendo nos oleões de rua e nos estabelecimentos do canal HORECA, o qual posteriormente é encaminhado para o operador licenciado para valorização.

Em 2018, foram recolhidas cerca de **19,56 toneladas de óleo alimentar usado**, à semelhança do ano anterior.

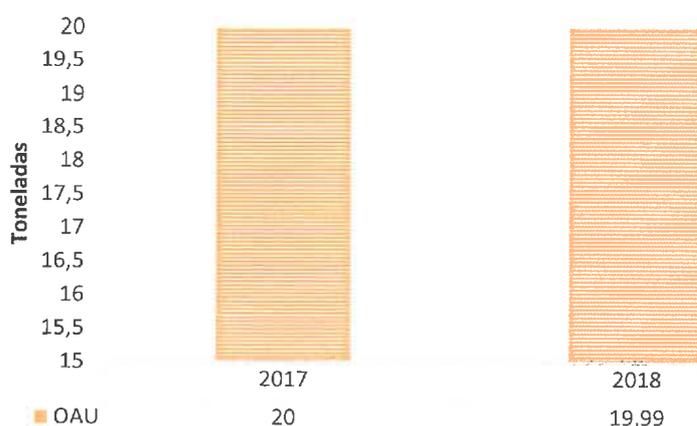


Figura 17. Evolução recolha de Óleo Alimentar Usado.

Recolha de Monstros

Os monstros são resíduos provenientes das habitações e que pela sua natureza, dimensão ou volume não podem ser recolhidos pelos meios tradicionais de recolha.

No ano em análise, foram recolhidas cerca de **295,18 toneladas de monstros**, uma **diminuição de 27,52%** relativamente ao ano anterior, não por se verificar menos resíduos, em virtude dos resíduos provenientes da ETAR terem deixado de integrar esta categoria. Estes representam 3,29% do total dos resíduos recolhidos em 2018.

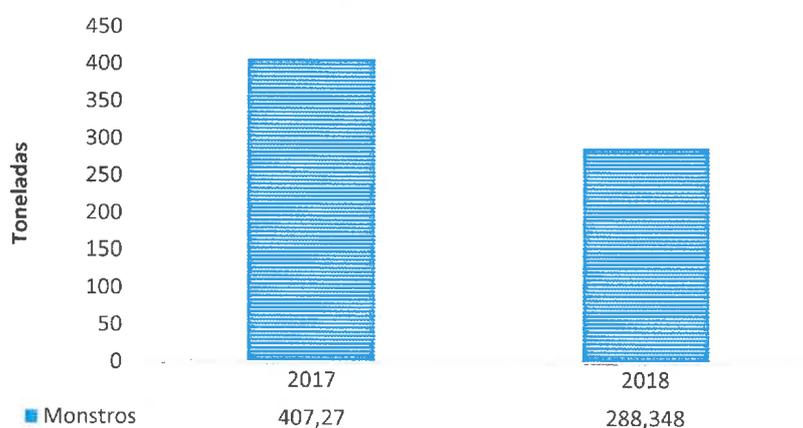


Figura 18. Evolução Recolha de Monstros.

1.4.10.1 SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA

Os serviços de limpeza urbana asseguram diariamente, através da varredura (manual e mecânica), a limpeza de arruamentos, faixas de rodagem, passeios, passagens pedonais do centro urbano da cidade da Praia da Vitória, numa média diária percorrida de 20 km, bem como a remoção dos resíduos das papeleiras.

Os percursos no total de 8 são percorridos por 4 elementos da empresa e 2 elementos dos programas ocupacionais.

1.4.11 EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A Praia Ambiente, E.M., ciente da importância da educação ambiental como ferramenta indispensável para a consciencialização em prol da proteção do ambiente e do desenvolvimento sustentável desenvolveu diversas atividades junto das escolas e entidades do concelho, por forma a incutir comportamentos ambientalmente mais responsáveis.

As principais atividades desenvolvidas têm como foque a promoção da qualidade da água para consumo humano e sensibilização para a redução da produção de resíduos e separação seletiva.



Durante o ano de 2018, as atividades desenvolvidas pelo Gabinete de Educação Ambiental passaram pelos seguintes eventos:

- Foi dada continuação da Campanha “Tão fácil, que até nós já separamos!” para promover a redução e separação dos resíduos junto dos alunos do ensino do 2º e 3º ciclo na escola Francisco Ornelas da Câmara (FOC).
- Celebração do Dia Mundial da Água no Jardim de Infância de São Lázaro.
- Ação de Sensibilização “Porquê Reciclar?” junto do ATL da freguesia do Cabo da Praia.
- Celebração da 9ª Semana dos Resíduos dos Açores de 19 e 23 de novembro de 2018, com a realização do workshop Oficina da Reciclagem de Natal que envolveu 115 crianças com idades entre os três e os dez anos da Escola Básica Integrada da Praia da Vitória. Foi abordada a temática "Prevenção de Resíduos Perigosos: Tempo para Detox!", teve como objetivo alertar os mais pequenos para o impacto positivo da reciclagem no meio-ambiente. Na atividade cada aluno elaborou um enfeite de Natal recorrendo à reutilização de resíduos nomeadamente, as caricas.
- Participação na Sessão de Esclarecimento e Workshop sobre a Cartilha da Sustentabilidade dos Açores, 26 e 27 de novembro.
- Participação da Praia Ambiente com realização de presépio a partir de resíduos reutilizáveis, nomeadamente, cápsulas de café para a exposição de presépios realizada com as escolas do concelho e em exposição durante a época natalícia.

No âmbito das visitas de estudo realizaram-se:

- Três visitas de estudo ao armazém de triagem, na Resiaçores para sensibilizar para a separação correta dos resíduos com alunos do pré-escolar e 1º ciclo da escola FOC.
- Três visitas de estudo à Estação de Tratamento de Águas Residuais da Praia da Vitória com alunos da creche Divertiláxia, ATL do Cabo da Praia e com alunos da Escola Secundária Vitorino Nemésio (curso de Técnico de Qualidade).
- Três visitas de estudo às nascentes das Frechas e reservatório na freguesia da Agualva com alunos do 1º ciclo da escola FOC.
- Uma visita de estudo com alunos dos 3º e 4º ano da escola Primária do Porto Martins à Resiaçores (armazém de triagem de resíduos).

Quadro 16. Número de ações em educação ambiental realizadas em 2018.

		Visitas de		Ações de	Total
		Estudo	Eventos	Sensibilização	
2017	Número	7	4	34	45
	Participantes	137	177	1292	1606
2018	Número	10	2	2	14
	Participantes	201	139	410	750



Figura 19. Imagens das atividades realizadas.

1.4.12 FISCALIZAÇÃO E SERVIÇOS

Esta área engloba o Sistema de Informação Geográfica, levantamento e confirmação de informação para apreciação projetos de redes prediais, deteção de fugas de água em redes públicas e privadas, elaboração de peças desenhadas e orçamentos para projetos de execução, orçamentos e as ações de fiscalização do Regulamento Municipal de Resíduos, do Regulamento do Serviço de Abastecimento Público de Água do Concelho de Praia da Vitória e do Regulamento do Serviço de Saneamento de Águas Residuais Urbanas do Concelho de Praia da Vitória.

1.4.12.1 SISTEMAS DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA (SIG)

À semelhança do ano de 2017 efetuaram-se esforços no sentido de aferir e corrigir, caso necessário, a informação cadastrada relativa aos sistemas relacionados com a atividade da empresa. Efetuou-se também o registo contínuo das alterações efetuadas a estes sistemas no âmbito das intervenções efetuadas nos mesmos. O resultado das atividades descritas encontra-se discriminado na tabela abaixo.

Quadro 17. Resumo de elementos de rede cadastrados.

Elementos da Rede	Pontos Consumo	Ramais Água	Camaras Ramal	Camaras Drenagem	Válvulas Seccionamento	Hidrantes	Tubagens (m)
2017	1015	1219	492	82	5	1	1157
2018	759	935	394	72	54	44	3273

Em comparação com o período homólogo verifica-se uma ligeira redução dos elementos cadastrados, originada pela avaria do GPS portátil que condicionou bastante os levantamentos de campo. Neste período corrigiram-se erros de conectividade entre elementos e procedeu-se a uma reorganização do tipo de informação a cadastrar.

1.4.12.2 FISCALIZAÇÃO

Em linha com competências inerentes a esta área de serviços, foram desenvolvidas ao longo deste período 445 ações de fiscalização de modo a garantir o cumprimento, por parte dos munícipes, dos regulamentos de serviço em vigor. Em relação ao período homólogo de 2017 registou-se um aumento de aproximadamente 10 % que está diretamente relacionado com as infrações detetadas na deposição de resíduos urbanos. Os serviços e ações de fiscalização executados encontram-se discriminados no quadro 18.

Quadro 18. Quantificação dos serviços executados por categorias.

Serviços	2017	2018	Δ
<i>Resíduos Urbanos</i>	94	131	39%
<i>Água e Saneamento</i>	264	270	2%
<i>Deteção de fugas redes PA</i>	16	9	-44%
<i>Deteção de fugas redes particulares</i>	42	35	-17%
<i>Total</i>	416	445	10%

Pensamos que o aumento significativo de incumprimentos na deposição de resíduos urbanos está diretamente relacionado com o aumento de unidades de alojamento local na cidade, uma vez que é junto destes locais que se registam maior número de irregularidades. Este fenómeno teve principal incidência a durante o período estival, estando a situação a regressar à normalidade. Com vista a colmatar esta situação, a empresa no final no ano iniciou a preparação de uma campanha de sensibilização dirigida aos proprietários das referidas unidades de alojamento.

Na sequência dos incumprimentos detetados nas ações de fiscalização foram elaborados 90 autos de notícia no intuito de se iniciar os respetivos processos de contraordenação, no período homólogo de 2017 registaram-se 39 notificações de incumprimento. Este diferencial entre 2017 e 2018 é mais acentuado pelo facto de a Praia Ambiente, E.M. de ter iniciado em 2018 um

processo de notificação postal a todos os clientes que infringiam os regulamentos, para além da, até então, comunicação verbal, com vista a dissuasão da prática de tais atos.

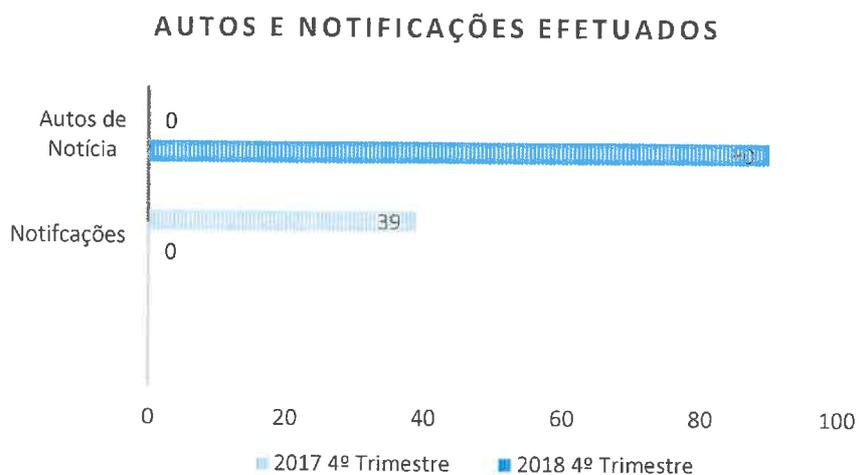


Figura 20. Discriminação dos autos e notificações efetuadas.

Salienta-se que a maioria dos autos e notificações efetuados incidem sobre as violações dos cortes de água efetuados, por falta de pagamento.

1.5 INDICADORES DE DESEMPENHO

Quadro 19. Objetivos estratégicos da Praia Ambiente, E.M. para o quinquénio 2016-2020.

Objetivos Sectoriais	Valor Referência
SERVIÇO DE ABASTECIMENTO PÚBLICO DE ÁGUA	
Defesa dos interesses dos utilizadores	
Acessibilidade de serviço aos utilizadores	
Cobertura do serviço (%)	100%
Qualidade do serviço prestado aos utilizadores	
Análises de água realizadas (%)	100%
Qualidade da água fornecida (%)	98,5%
Sustentabilidade da entidade gestora	
Sustentabilidade económico-financeira da entidade gestora	
Rácio de cobertura dos custos operacionais (-)	1,87
Sustentabilidade infraestrutural da entidade gestora	
Cumprimento do licenciamento das captações de água (%)	100%
Capacidade da reserva de água tratada (dias)	1,99
Sustentabilidade operacional da entidade gestora	
Avarias em condutas (n.º/(100 km.ano))	16,13
SERVIÇO DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS URBANAS	
Defesa dos interesses dos utilizadores	
Acessibilidade de serviço aos utilizadores	
Cobertura do serviço (%)	100%
Qualidade do serviço prestado aos utilizadores	
Ocorrência de inundações (n.º prop./100 km coletor/ano)	4,82
Sustentabilidade da entidade gestora	
Sustentabilidade económico-financeira da entidade gestora	
Rácio de cobertura dos custos operacionais (-)	1,06
Sustentabilidade infraestrutural da entidade gestora	
Utilização das estações de tratamento (%)	70%
Tratamento de águas residuais recolhidas (%)	100%
Sustentabilidade ambiental	
Análises de águas residuais realizadas (%)	100 %
Cumprimento dos parâmetros de descarga (%)	100 %
Destino final de lamas do tratamento (%)	100 %
SERVIÇO DE GESTÃO DE RESÍDUOS	
Defesa dos interesses dos utilizadores	
Acessibilidade de serviço aos utilizadores	
Cobertura do serviço (%)	100 %
Qualidade do serviço prestado aos utilizadores	
Resposta a reclamações escritas (%)	100 %
Sustentabilidade da entidade gestora	
Sustentabilidade económico-financeira da entidade gestora	
Rácio de cobertura dos custos operacionais	1,09
Sustentabilidade infraestrutural da entidade gestora	
Reciclagem (%)	17,04%



2 DESEMPENHO ECONÓMICO

Neste capítulo apresenta-se a análise Económica e Financeira da empresa nos últimos dois anos.

2.1 ANÁLISE ECONÓMICA

2.1.1 RECURSOS HUMANOS

A empresa mantém uma Política Social e de Recursos Humanos que, valorizando o potencial humano, visa o progresso permanente da Praia Ambiente, E.M. e de todos os colaboradores, mantendo o investimento na melhoria contínua das condições de trabalho, tendo como objetivo sustentar uma força de trabalho motivada e empenhada no alcance dos objetivos globais da organização.

2.1.1.1 NÚMERO TOTAL DE COLABORADORES

A 31 de Dezembro de 2018 o Quadro de Pessoal da Empresa integrava 88 colaboradores, encontrando-se distribuídos pelas diferentes unidades organizacionais:

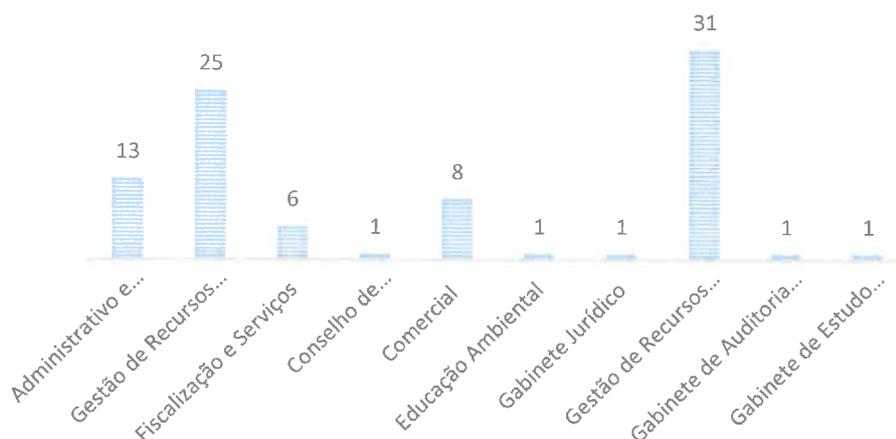


Figura 21. Número de Colaboradores por unidades organizacionais.



2.1.1.2 CATEGORIA PROFISSIONAL

Dos 88 colaboradores, 68% são assistentes operacionais, 15% técnicos superiores e 17% administrativos e técnicos profissionais:

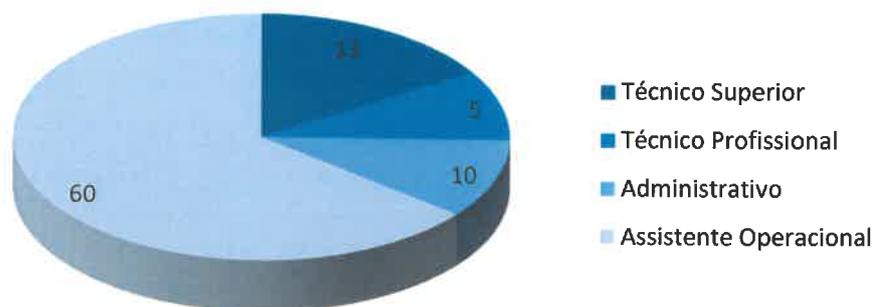


Figura 22. Número de colaboradores por categoria profissional, em 2018

2.1.1.3 DIVERSIDADE GÉNERO E IDADE

Do universo dos 88 colaboradores, a distribuição por sexo é referida no seguinte gráfico:

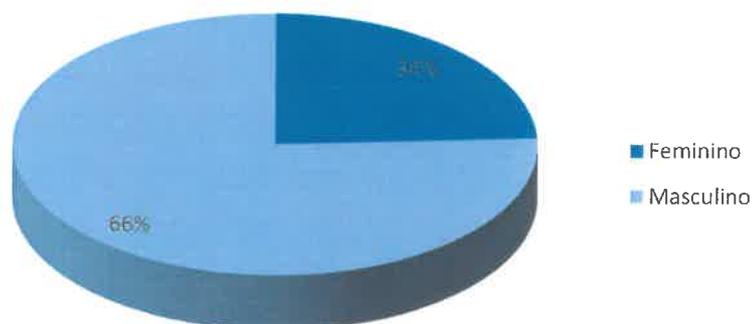


Figura 23. Número de colaboradores por género, em 2018.

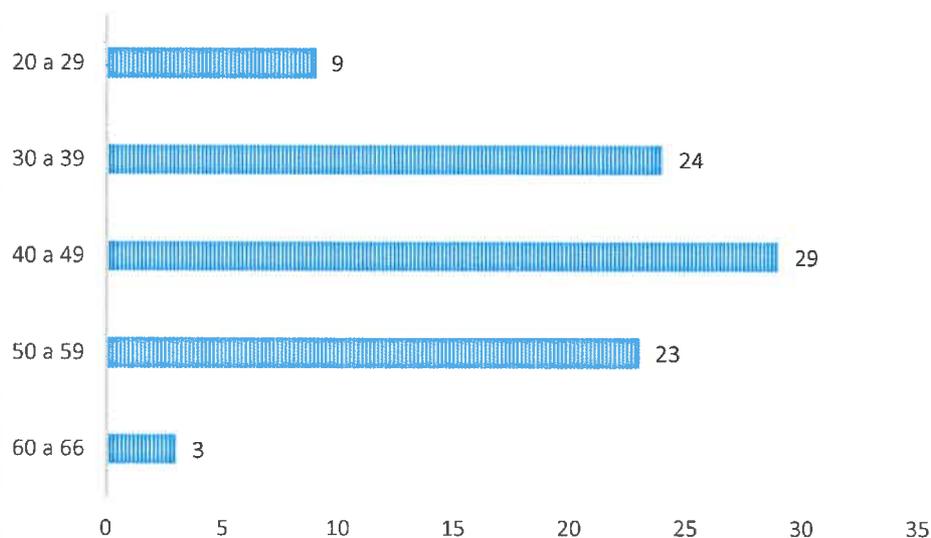


Figura 24. Distribuição do número de colaboradores por idade, em 2018.

2.1.2 SEGURANÇA E HIGIENE NO TRABALHO

No decorrer de 2018, esta área procedeu à semelhança do ano transato e em conformidade com as normas de segurança em vigor à verificação e distribuição dos equipamentos de proteção individual para os diferentes departamentos operacionais da empresa, bem como o acompanhamento das atividades desenvolvidas em toda a empresa, entre outras atividades.

2.1.2.1 INTERVENÇÕES SST

No ano de 2018, no âmbito da Segurança e Saúde do Trabalho, foram acompanhadas as atividades de execução de ramal/rede de águas, manutenção de espaços verdes, acompanhamento das recolhas de Resíduos Sólidos Urbanos, entre outros.

Foi atualizado o Manual de Segurança da Praia Ambiente, E.M., nomeadamente as Avaliação de Riscos do Departamento de Gestão de Recursos Ambientais e Hídricos e da Estação de Tratamento de Águas Residuais.

Em maio de 2018, foi atualizada a Base de Dados das Substâncias Perigosas, com a introdução de novas substâncias perigosas utilizadas no local de trabalho e colocação das Fichas de Dados de Segurança na pasta indicada.

No mês de julho de 2018, em parceria com os Bombeiros Voluntários da Praia da Vitória, foi realizada a manutenção de 38 extintores da Estação de Tratamento de Águas Residuais da Praia, do edifício sede da Praia Ambiente, EM e das viaturas do Departamento de Gestão de Recursos Ambientais.

Na Estação de Tratamento de Águas Residuais, foram colocados 4 novos extintores no exterior em caixas de PVC adequadas, no Posto de Transformação à entrada da ETAR, na Casa de Escumas, na Estação Elevatória da Praia e junto ao quadro elétrico na Casa das Máquinas da ETAR.

2.1.2.2 SINISTRALIDADE LABORAL

Em 2018, registou-se um total de 6 acidentes de trabalho, dos quais 2 deles ocorreram no Departamento de Gestão de Recursos Hídricos e os outros 4 no Departamento de Gestão de Resíduos Sólidos.

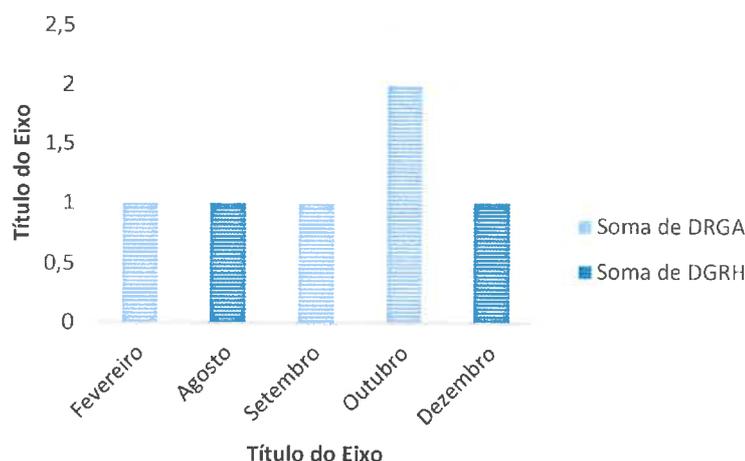


Figura 25. Acidentes de Trabalho ocorrido no ano de 2018.



2.1.2.3 MEDICINA DO TRABALHO

No decorrer de 2018, foi dada continuação ao processo de Medicina do Trabalho.

Quadro 20. Quantificação da atividade de Medicina do Trabalho

DEPARTAMENTO	ANÁLISES	CONSULTAS
Área Administrativa e Financeira	8	10
Área Comercial	5	5
Estação Tratamento de Águas Residuais	2	2
Gestão de Recursos Hídricos	10	10
Gabinete de Estudos e Gestão da Qualidade	1	1
Gestão de Recursos Ambientais	27	27
Gabinete de Estudos, Planeamento e Fiscalização	3	4
Gabinete Educação Ambiental	1	1
Gabinete Jurídico	1	1
Gabinete Auditoria Interna	1	1
Conselho de Administração	1	1

2.1.2.4 SENSIBILIZAÇÃO SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO

No decorrer de 2018, foram realizados 2 desdobráveis informativos sobre condições de Segurança e Saúde do Trabalho, com os seguintes temas:

- Ergonomia no local de trabalho;
- Acolhimento - Recolha Indiferenciada.



Figura 26. Desdobrável Acolhimento – Recolha Indiferenciada e Ergonomia no Local de Trabalho.

3 DESEMPENHO FINANCEIRO

Neste capítulo apresenta-se a análise Económica e Financeira da empresa nos últimos dois anos.

3.1 ANÁLISE ECONÓMICA

3.1.1 GANHOS

A 31 de Dezembro de 2018 os Ganhos Totais da Praia Ambiente, EM, ascenderam a **3 671 081 EUR** e registaram um acréscimo de **9%** face ao período homólogo, no montante de **300 344 EUR**, tendo como principal causa o crescimento do volume de negócios que, no período em análise, foi de **5%** e o recebimento da comparticipação do Fundo Ambiental.

Quadro 21. Evolução dos ganhos totais (eur).

Rendimentos	2017	2018
	Vendas e Serviços Prestados	3 274 215,85 €
Subsídios à Exploração	1 530,02 €	83 552,64 €
Outros Rendimentos e Ganhos	94 941,41 €	161 979,54 €
Aumentos/reduções justo valor	49,99 €	182,03 €
Total	3 370 737,27 €	3 671 081,50 €

A Praia Ambiente, EM, viu o seu volume de negócios aumentar de **3 274 218 EUR** para **3 425 367 EUR**, incrementando-se em **5%** por referência ao mesmo período de 2017. Esta variação deve-se à implementação do Plano de Restruturação Tarifária dos Serviços, com vista ao cumprimento da Recomendação da ERSARA.

A atividade da Praia Ambiente nos últimos dois anos caracteriza-se, fundamentalmente, pela prestação dos seguintes serviços:

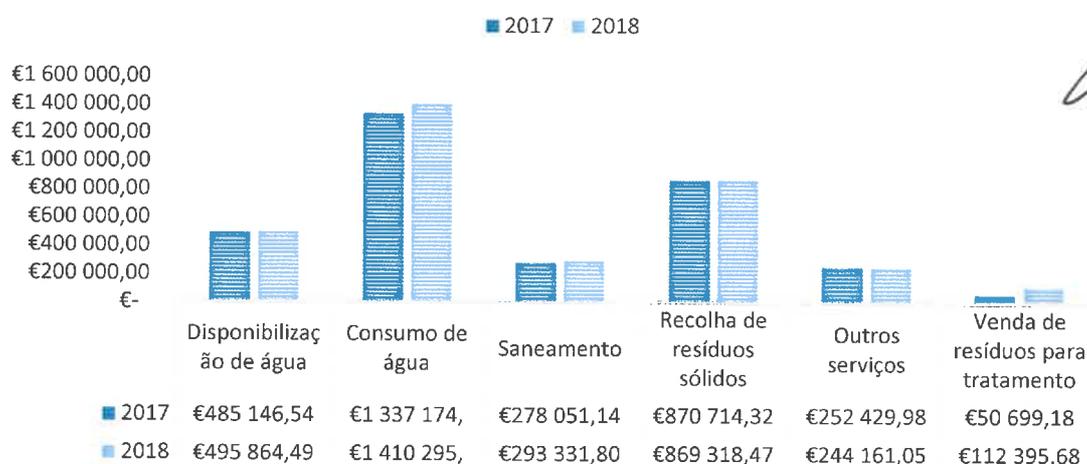


Figura 27. Evolução da Prestação de Serviços

Todas as rubricas relativas à prestação de serviços obtiveram um acréscimo à exceção da rubrica “Recolha de Resíduos Sólidos” que obteve uma variação nula e a rubrica “Outros Serviços” que apresenta um decréscimo.

3.1.2 GASTOS

A 31 de Dezembro de 2018 os gastos, no montante de **3 545 653 EUR**, apresentaram a seguinte estrutura:

Quadro 22. Evolução Dos Gastos Totais (Eur).

Custos	2017	2018
Custo das mercadorias vendidas	16 364,61 €	18 307,10 €
Fornecimentos e serviços externos	1 077 411,69 €	1 227 251,94 €
Custos com pessoal	1 389 994,24 €	1 457 905,79 €
Imparidade de dívidas a receber	18 222,62 €	5 031,17 €
Outros gastos e perdas	23 516,50 €	33 962,27 €
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	695 398,17 €	640 639,90 €
Juros e gastos similares suportados	155 585,29 €	162 554,89 €
Total	3 376 493,12 €	3 545 653,06 €

Os Gastos aumentaram 5% face ao mesmo período de 2017. O aumento deve-se, especialmente, ao aumento dos Fornecimentos e Serviços Externos (+14%), ao aumento dos Custos com Pessoal

(+5%), e ao aumento dos Juros Suportados (+4%) resultado da contratação do empréstimo de 150 mil euros para fazer face ao investimento na frota da Praia Ambiente com a aquisição de uma viatura de recolha de resíduos.

Apresenta-se no quadro seguinte a estrutura dos gastos da empresa com Fornecimentos e Serviços Externos:

Quadro 23. Evolução dos Fornecimentos e Serviços Externos (Eur).

Fornecimentos e Serviços Externos	Variação		
	2017	2018	2018/2017
Subcontratos - Aterro	194 038,10 €	200 785,34 €	3%
Serviços especializados	193 100,94 €	155 327,69 €	-20%
Publicidade e propaganda	1 770,08 €	2 822,83 €	59%
Honorários	8 500,00 €	7 457,12 €	-12%
Comissões	3 261,00 €	3 164,46 €	-3%
Conservação e reparação equipamento	139 478,13 €	154 801,95 €	11%
Serviços bancários	31 264,17 €	24 360,04 €	-22%
Ferramentas e utensílios	77 421,08 €	172 843,89 €	123%
Material de escritório	8 626,33 €	24 044,50 €	179%
Artigos para oferta	1 750,62 €	1 674,90 €	-4%
Eletricidade	183 121,35 €	228 646,50 €	25%
Combustíveis - gasóleo	116 315,60 €	123 444,58 €	6%
Combustíveis - gasolina	5 963,15 €	5 215,34 €	-13%
Óleos e lubrificantes	5 385,05 €	3 822,76 €	-29%
Produtos Limpeza veículos	2 778,90 €	4 470,88 €	61%
Produtos tratamento águas	4 344,00 €	2 905,10 €	-33%
Deslocações e estadias	3 791,20 €	7 205,59 €	90%
Transportes de mercadorias	1 143,84 €	2 664,98 €	133%
Aluguer de máquinas	125,00 €	6 981,23 €	5485%
Comunicação - despesas postais	74 453,88 €	69 735,20 €	-6%
Comunicação - telefones	4 072,71 €	4 424,32 €	9%
Comunicação - telemóveis	3 901,17 €	5 119,48 €	31%
Seguros - ramo incêndio	3 314,76 €	3 380,27 €	2%
Seguros - viaturas	5 614,51 €	5 668,70 €	1%
Contencioso e notariado	1 790,65 €	4 715,99 €	163%
Limpeza higiene e conforto	2 085,47 €	1 568,30 €	-25%
Total	1 077 411,69 €	1 227 251,94 €	14%

Nas rubricas “Conservação e reparação de equipamento”, “Transportes de mercadorias” e “Aluguer de máquinas” verificou-se aumentos significativos, relativamente ao ano anterior, em virtude de uma maior necessidade de reparação de infraestruturas de abastecimento de água e saneamento de águas residuais conforme descritas no âmbito das principais atividades desenvolvidas.

Ao aumento verificado com o “Contencioso e notariado” ficou a dever-se essencialmente à necessidade de recorrer a consultoria jurídica externa no âmbito da Contratação Pública do Concurso Público de Execução de Empreitada do Projeto de Adução e Abastecimento de Água a Santa Rita/Juncal e um aumento da necessidade de serviços de notariado decorrente das atividades da empresa.

3.1.3 RESULTADOS

O Resultado Líquido de 2018 cifra-se em **46 471 EUR** positivos. Apesar de se verificar um acréscimo de **2%** nos Resultados Operacionais, o Resultado Líquido apurado foi influenciado negativamente pela diminuição dos Resultados Financeiros em **5%**.

Quadro 24. Evolução Da Demonstração De Resultados (Eur).

Demonstração de Resultados		
	2017	2018
Vendas e serviços prestados	3 274 215,85 €	3 425 367,29 €
Subsídios à Exploração	1 530,02 €	83 552,64 €
Custo das mercadorias vendidas	- 16 364,61 €	- 18 307,10 €
Fornecimentos e serviços externos	- 1 077 411,69 €	- 1 227 251,94 €
Custos com pessoal	- 1 389 994,24 €	- 1 457 905,79 €
Imparidade de dívidas a receber	- 18 222,62 €	- 5 031,17 €
Aumentos/reduções justo valor	49,99 €	182,03 €
Outros rendimentos e ganhos	161 979,54 €	94 941,41 €
Outros gastos e perdas	- 23 516,50 €	- 33 962,27 €
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	912 265,74 €	861 585,10 €
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	- 695 398,17 €	- 640 639,90 €
Resultado Operacional	216 867,57 €	220 945,20 €
Juros e gastos similares suportados	- 155 585,29 €	- 162 554,89 €
Resultado antes de impostos	61 282,28 €	58 390,31 €
Imposto sobre o rendimento do período	- 11 712,21 €	- 11 918,77 €
Resultado líquido do período	49 570,07 €	46 471,54 €

O decréscimo verificado no resultado “Outros rendimentos e ganhos” resultou da necessidade de reconhecimento/imputação dos subsídios ao investimento (Programa de Financiamento

Operacional Açores2020) para financiamento do Projeto de Recolha de Resíduos Urbanos no Concelho de Praia da Vitória no 1.º trimestre de 2017.

3.1.4 MARGEM OPERACIONAL

A 31 de Dezembro de 2018, O EBITDA da Praia Ambiente situou-se nos **861 585 EUR**.

Quadro 25. Evolução Da Margem Operacional (Eur).

Indicador	2017		2018	
EBITDA	912 265,74 €		861 585,10 €	
EBIT	216 867,57 €		220 945,20 €	
Volume de negócios	3 274 215,85 €		3 425 367,29 €	
Margem EBITDA (%)	28%		25%	
Margem EBIT (%)	7%		6%	

O EBITDA registou um decréscimo face ao período homólogo **(-6%)** reflexo do aumento dos custos com FSE'S e custos com pessoal. A margem EBITDA situa-se nos **25%**.

O EBIT registou um resultado positivo de **220 945 EUR**. Os rendimentos operacionais suportam os gastos operacionais sendo que a margem EBIT se situa nos **6%**.

3.2 ANÁLISE FINANCEIRA E PATRIMONIAL

A 31 de Dezembro de 2018, o ativo da Praia Ambiente, EM, atingiu o montante de **7 809 079 EUR** e o capital próprio e o passivo foram de **3 044 463 EUR** e **4 764 616 EUR**, respetivamente.

Quadro 26. Evolução do Balanço (Eur).

Balanço	2017	2018
Activos fixos tangíveis	7 005 116,39 €	6 667 316,71 €
Outros investimentos financeiros	1 890,69 €	2 912,34 €
Ativos por impostos diferidos	3 401,86 €	3401,86
Total do activo não corrente	7 010 408,94 €	6 673 630,91 €
Inventários	19 251,15 €	34 518,65 €
Clientes	340 870,57 €	443 995,51 €
Adiantamentos a fornecedores	- €	- €
Estados e outros entes públicos	21 648,96 €	33 412,40 €
Outras contas a receber	- €	200 000,00 €
Diferimentos	- €	- €
Caixa e depósitos bancários	533 777,61 €	423 521,96 €
Total do activo corrente	915 548,29 €	1 135 448,52 €
Total do activo	7 925 957,23 €	7 809 079,43 €
Capital realizado	1 878 348,22 €	1 878 348,22 €
Reservas legais	10 044,51 €	12 523,01 €
Outras reservas	5 814,81 €	5 814,81 €
Resultados transitados	118 230,43 €	165 322,00 €
Outras variações no capital próprio	795 055,93 €	935 983,42 €
Resultado líquido do período	49 570,07 €	46 471,54 €
Total do capital próprio	2 857 063,97 €	3 044 463,00 €
Financiamentos obtidos	3 872 224,29 €	3 455 840,19 €
Passivos por impostos diferidos	- €	- €
Fornecedores	189 192,81 €	329 965,07 €
Estados e outros entes públicos	36 266,46 €	32 485,42 €
Financiamentos obtidos	582 578,05 €	561 754,04 €
Outras contas a pagar	386 160,33 €	374 488,04 €
Diferimentos	2 471,32 €	10 083,67 €
Total do passivo corrente	5 068 893,26 €	4 764 616,43 €
Total do passivo	5 068 893,26 €	4 764 616,43 €
Total do capital próprio e passivo	7 925 957,23 €	7 809 079,43 €

Os Ativos não Correntes reduzem 5% essencialmente pelas amortizações do exercício.

Os Ativos Correntes variam 24% contribuindo positivamente o aumento das “outras contas a receber”.

O Capital Próprio aumenta por via do Resultado positivo verificado em 2018 e do reconhecimento dos subsídios da candidatura a decorrer “Adução e Abastecimento de água a Santa Rita/Juncal no Concelho da Praia da Vitória”.

A variação nos Passivos Correntes de **-6%** resulta essencialmente das amortizações nos Financiamentos Obtidos (**-11%**) o aumento da dívida a Fornecedores de **74%**.

3.2.1 INDICADORES FINANCEIROS

Apresentam-se no quadro seguinte, os principais rácios financeiros da empresa.

Quadro 27. Evolução dos Indicadores Financeiros.

Indicador	2017	2018
Liquidez geral	0,18	0,24
Solvabilidade	0,56	0,64
Autonomia financeira	36%	39%
Endividamento	64%	61%

Em 2018 a Autonomia Financeira da empresa foi de **39%** tendo registado um ligeiro acréscimo face a 2017.

O rácio da Solvabilidade da empresa elevou-se de **56%** para **64%**, o que é visível com a redução do endividamento.

O indicador Liquidez Geral evoluiu positivamente registando um aumento de **0,18** para **0,24**, resultante da redução do passivo.

3.3 EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA EMPRESA

Prevê-se que a Praia Ambiente, E.M. mantenha o seu nível de atividade em 2019, continuando a prestar serviços de qualidade, com uma crescente preocupação social e ambiental, assegurando simultaneamente a sua sustentabilidade económica e financeira.

Neste sentido, a empresa manterá o seu foco no desenvolvimento dos seus projetos de referência:

- Continuação da Execução do projeto de “Adução e Abastecimento a Santa Rita”;
- Terceira fase de Candidatura de Medidores de Caudal;
- Continuação da Implementação do Plano de Segurança da Água;
- Continuidade à campanha de sensibilização e educação ambiental “Tão fácil, que até nós já separamos”;
- Continuidade do Plano de Reestruturação Tarifária de encontro às recomendações da ERSARA.
- Continuidade do Plano de Renovação de Parque de Contadores;
- Elaboração do Projeto de Remodelação da ETAR da Praia da Vitória;
- Modernização continua da frota da Praia Ambiente, E.M.; e
- Modernização Informática.

3.4 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Em conformidade com o disposto na alínea d) do n.º1 do artigo 11º dos Estatutos da Praia Ambiente E.M., o Conselho de Administração submete o Relatório e Contas do exercício de 2018 à Assembleia Geral, propondo a aplicação do Resultado Líquido positivo realizado no Exercício de 2018 de **46.471,54 €** da seguinte forma:

- a) Para Reforço Reserva Legal = 2.323,58 €
- b) Para Resultados Transitados = 44.147,96 €

Praia da Vitória, de 21 março de 2019,

O Conselho de Administração,



Tiago Ormonde

Presidente



Jorge Leonardo

Administrador Executivo

II. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Praia Ambiente, E.M. são compostas pelos seguintes documentos:

- Balanço;
- Demonstração de Resultados por Natureza;
- Demonstração de alteração do capital próprio;
- Demonstração de Fluxos de Caixa.

Os documentos mencionados foram elaborados de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceitos e apresentam a posição financeira da empresa a 31 de dezembro de 2018.

O Contabilista Certificado,

Cesário Meneses

O Conselho de Administração

Tiago Ormonde

Presidente

Jorge Leonardo

Administrador Executivo

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Montantes expressos em euros)

ATIVO	Notas	31 dezembro 2018	31 dezembro 2017
ACTIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos fixos tangíveis	6	6 667 316,71	7 005 116,39
Outros investimentos financeiros	9	2 912,34	1 890,69
Ativos por impostos diferidos	9	3 401,86	3 401,86
Total do ativo não corrente		6 673 630,91	7 010 408,94
ACTIVO CORRENTE:			
Inventários	8	34 518,65	19 251,15
Clientes	9	443 995,51	340 870,57
Estado e outros entes públicos	14	33 412,40	21 648,96
Outros créditos a receber	9	200 000,00	0,00
Caixa e depósitos bancários	5	423 521,96	533 777,61
Total do ativo corrente		1 135 448,52	915 548,29
Total do ativo		7 809 079,43	7 925 957,23
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital subscrito	11	1 878 348,22	1 878 348,22
Reservas legais	11	12 523,01	10 044,51
Outras reservas	11	5 814,81	5 814,81
Resultados transitados	11	165 322,00	118 230,43
Ajustamentos/outras variações no capital próprio	11	935 983,42	795 055,93
		2 997 991,46	2 807 493,90
Resultado líquido do período	11	46 471,54	49 570,07
Total do capital próprio		3 044 463,00	2 857 063,97
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Financiamentos obtidos	12	3 455 840,19	3 872 224,29
Total do passivo não corrente		3 455 840,19	3 872 224,29
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	12	329 965,07	189 192,81
Estado e outros entes públicos	14	32 485,42	36 266,46
Financiamentos obtidos	12	561 754,04	582 578,05
Outras dívidas a pagar	13	374 488,04	386 160,33
Diferimentos	10	10 083,67	2 471,32
Total do passivo corrente		1 308 776,24	1 196 668,97
Total do passivo		4 764 616,43	5 068 893,26
Total do capital próprio e do passivo		7 809 079,43	7 925 957,23

O anexo faz parte integrante deste balanço.

Praia da Vitória, 20 de março de 2019

O Contabilista Certificado


CC Nº 82359

O Conselho de Administração


Vogal Fernando do

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	31 dezembro 2018	31 dezembro 2017
Vendas e serviços prestados	15	3 425 367,29	3 274 215,85
Subsídios à exploração	15	83 552,64	1 530,02
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	-18 307,10	-16 364,61
Fornecimentos e serviços externos	16	-1 227 251,94	-1 077 411,69
Gastos com o pessoal	17	-1 457 905,79	-1 389 994,24
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	9	-5 031,17	-18 222,62
Aumentos/reduções justo valor	9; 15	182,03	49,99
Outros rendimentos	15	94 941,41	161 979,54
Outros gastos	22	-33 962,27	-23 516,50
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		861 585,10	912 265,74
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	18	-640 639,90	-695 398,17
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		220 945,20	216 867,57
Juros e gastos similares suportados	19	-162 554,89	-155 585,29
Resultado antes de impostos		58 390,31	61 282,28
Imposto sobre o rendimento do período	7	-11 918,77	-11 712,21
Resultado líquido do período		46 471,54	49 570,07

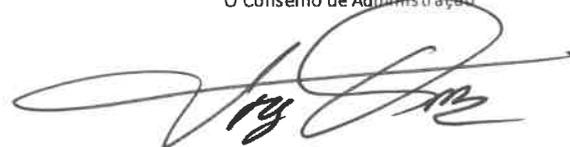
O anexo faz parte integrante desta demonstração dos resultados por naturezas

Praia da Vitória, 20 de março de 2019

O Contabilista Certificado


CC Nº 82559

O Conselho de Administração





DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

NO PERÍODO 2017

(Montantes expressos em euros)

	Notas	Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos/ outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Posição no início do período 2017	11	1 878 348,22	8 329,26	5 814,81	85 640,68	749 682,95	34 305,00	2 762 120,92
Alterações no período:								
Ajustamentos por impostos diferidos	11	0,00	0,00	0,00	0,00	-330 249,70	0,00	-330 249,70
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	11		1 715,25		32 589,75	375 622,68	-34 305,00	375 622,68
		<u>0,00</u>	<u>1 715,25</u>	<u>0,00</u>	<u>32 589,75</u>	<u>45 372,98</u>	<u>-34 305,00</u>	<u>45 372,98</u>
Resultado líquido do período	11						49 570,07	49 570,07
Resultado Integral							<u>15 265,07</u>	<u>94 943,05</u>
Operações com detentores de capital no período								
Realizações de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
Posição no fim do período 2017		<u>1 878 348,22</u>	<u>10 044,51</u>	<u>5 814,81</u>	<u>118 230,43</u>	<u>795 055,93</u>	<u>49 570,07</u>	<u>2 857 063,97</u>

NO PERÍODO 2018

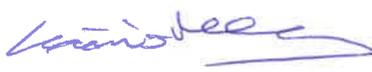
(Montantes expressos em euros)

	Notas	Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos/ outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Posição no início do período 2018	11	1 878 348,22	10 044,51	5 814,81	118 230,43	795 055,93	49 570,07	2 857 063,97
Alterações no período:								
Ajustamentos por impostos diferidos	11	0,00	0,00	0,00	0,00	232 627,74	0,00	232 627,74
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	11	0,00	2 478,50	0,00	47 091,57	-91 700,25	-49 570,07	-91 700,25
		<u>0,00</u>	<u>2 478,50</u>	<u>0,00</u>	<u>47 091,57</u>	<u>140 927,49</u>	<u>-49 570,07</u>	<u>140 927,49</u>
Resultado líquido do período	11						46 471,54	46 471,54
Resultado Integral							<u>-3 098,53</u>	<u>187 399,03</u>
Operações com detentores de capital no período								
Realizações de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
Posição no fim do período 2018		<u>1 878 348,22</u>	<u>12 523,01</u>	<u>5 814,81</u>	<u>165 322,00</u>	<u>935 983,42</u>	<u>46 471,54</u>	<u>3 044 463,00</u>

Praia da Vitória, 20 de março de 2019

O Contabilista Certificado

o Conselho de Administração


CC Nº 82359


Jorge Leonardo

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Montantes expressos em euros)

	31/12/2018	31/12/2017
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
Recebimentos de clientes	3 498 781,78	3 276 041,61
Pagamentos a fornecedores	-1 278 686,26	-1 554 076,12
Pagamentos ao pessoal	-979 024,49	-925 306,48
Caixa gerada pelas operações	1 241 071,03	796 659,01
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento	-4 112,27	-4 287,54
Outros recebimentos / pagamentos	-768 390,45	-78 475,26
Fluxos de caixa das atividades operacionais [1]	468 568,31	713 896,21
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	-13 070,54	-511 801,03
Outros ativos	0,00	0,00
	-13 070,54	-511 801,03
Recebimentos provenientes de:		
Juros e rendimentos similares	894,44	11,30
Dividendos	894,44	11,30
Fluxos de caixa das atividades de investimento [2]	-12 176,10	-511 789,73
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	150 000,00	2 153 000,00
Outras operações de financiamento	0,00	0,00
	150 000,00	2 153 000,00
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-554 107,84	-1 706 880,78
Juros e gastos similares	-162 540,02	-146 557,72
Outras operações de financiamento	0,00	0,00
	-716 647,86	-1 853 438,50
Fluxos de caixa das atividades de financiamento [3]	-566 647,86	299 561,50
Varição de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]	-110 255,65	501 667,98
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	533 777,61	32 109,63
Caixa e seus equivalentes no fim do período	423 521,96	533 777,61

O anexo faz parte integrante desta demonstração dos fluxos de caixa.

Praia da Vitória, 20 de março de 2019

O Contabista Certificado


CC Nº 82359

Relatório e Contas Anual 2018

O Conselho de Administração


Jorge Leonis Ode



III ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DEZEMBRO 2018

Anexo (Montantes expressos em euros)

Este documento contém as divulgações exigidas pelas Normas de Contabilidade e de Relato Financeiro (NCRF) que compõem o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), em referência ao ano de 2018.

ÍNDICE DO ANEXO:

1. Identificação da entidade
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras
3. Adoção pela primeira vez das NCRF – divulgação transitória
4. Principais políticas contabilísticas
5. Fluxos de caixa
6. Ativos fixos tangíveis
7. Impostos sobre o rendimento
8. Inventários
9. Ativos financeiros
10. Diferimentos
11. Instrumentos de capital próprio
12. Passivos financeiros
13. Outras dívidas a pagar
14. Estado e outros entes públicos
15. Rédito
16. Fornecimentos e serviços externos
17. Gastos com pessoal
18. Depreciações
19. Juros e outros gastos similares
20. Partes relacionadas
21. Divulgações exigidas por diplomas legais
22. Outras informações
23. Divulgações adicionais
24. Matérias ambientais



1 IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A Praia Ambiente, E. M. (“Empresa” ou “Sociedade”) é uma empresa municipal que tem como principal objeto social a captação, tratamento e distribuição de água e ainda a limpeza pública do concelho da Praia da Vitória. Foi constituída em 9 de Outubro de 2006 e tem a sua sede social na Rua do Evangelho, n.º 1, 9760-456 Praia da Vitória.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a Empresa opera.

É da opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Sociedade, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade de operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística, regulado pelos seguintes diplomas legais:

Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho (Sistema de Normalização Contabilística), com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010 de 23 de agosto, Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, Lei n.º 66-B/2012 de 31 de dezembro, Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho;

- Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- Aviso n.º 8254/2015, de 29 de julho (Estrutura Conceptual);
- Aviso n.º 8256/2015, de 29 de julho (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro);
- Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho (Código de Contas).

Estas demonstrações financeiras refletem as contas individuais da Empresa, preparadas nos termos legais para aprovação em Assembleia Geral de Acionistas.

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da Empresa, foram utilizadas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”), antes referidas, em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação, sem prejuízo do recurso supletivo às Normas Internacionais de Contabilidade adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, e ainda às Normas Internacionais de Contabilidade e às Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) e respetivas interpretações (SIC-IFRIC), sempre que o SNC não contemple aspetos particulares das transações realizadas e dos fluxos ou das situações em que a Empresa se encontre envolvida.

O conjunto dos normativos que integram o SNC foi utilizado pela primeira vez em 2010 para elaboração de demonstrações financeiras completas, passando a constituir o referencial de base para os períodos subsequentes.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da Empresa e no regime de acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos no artigo 1.º da Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho, designadamente o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, com expressão dos respetivos montantes em Euros.

3 ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DAS NCRF – DIVULGAÇÃO TRANSITÓRIA

Até 31 de Dezembro de 2009, a Empresa elaborou, aprovou e publicou, para efeito do cumprimento da legislação comercial vigente, demonstrações financeiras de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal até àquela data, vertidos no Plano Oficial de Contabilidade, Diretrizes Contabilísticas e demais legislação complementar, os quais foram revogados pelos diplomas acima indicados.

O balanço em 31 de Dezembro de 2009 e as demonstrações dos resultados, dos fluxos de caixa e das alterações do capital próprio, bem como as respetivas notas anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, apresentadas para efeitos comparativos, foram ajustados em conformidade com as NCRF. Os ajustamentos efetuados com efeito a 1 de Janeiro de 2009, data de transição, foram efetuados de acordo com as disposições da NCRF 3 – Adoção pela primeira vez das normas contabilísticas e de relato financeiro.

O efeito dos ajustamentos relacionados com a adoção das NCRF, reportado a 1 de Janeiro de 2009, foi registado em resultados transitados, conforme estabelecido na NCRF 3.

4 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

4.1 Bases de mensuração

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Sociedade, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.



4.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que a Empresa espera incorrer. Ao custo de aquisição ou produção são deduzidas as depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Bem	Anos
Terrenos e recursos naturais	—
Edifícios e outras construções	8 - 40
Equipamento básico	3 - 20
Equipamento de transporte	4 - 10
Equipamento administrativo	3 - 16
Outros ativos fixos tangíveis	4 - 16

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

4.3 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são registados ao custo deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de depreciação dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.



4.4 Imparidade de ativos fixos tangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso). Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um ativo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

A quantia recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de “Perdas por imparidade”, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de “Reversões de perdas por imparidade”. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações) caso a perda não tivesse sido registada.

4.5 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio. Nestes casos os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do exercício das várias entidades incluídas no perímetro de consolidação. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis

em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

A compensação entre ativos e passivos por impostos diferidos apenas é permitida quando: (i) a Empresa tem um direito legal de proceder à compensação entre tais ativos e passivos para efeitos de liquidação; (ii) tais ativos e passivos se relacionam com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal e (iii) a Empresa tem a intenção de proceder à compensação para efeitos de liquidação.

4.6 Inventários

Os inventários são registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença.

O método de custeio dos inventários adotado pela Empresa é o custo médio.



4.7 Política contabilística para subsídios do governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a Empresa irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às depreciações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem.

Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam disponíveis.

4.8 Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Empresa é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar, os quais excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

4.9 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos. O rédito reconhecido não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com os serviços prestados.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação/serviço à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- ☑ O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- ☑ É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- ☑ Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- ☑ A fase de acabamento da transação/serviço à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

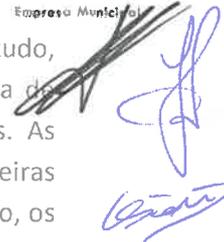
4.10 Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

4.11 Uso de estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e



transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

4.12 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (“non adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

5 FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. Caixa e seus equivalentes em dezembro de 2018 e em dezembro de 2017 detalha-se conforme se segue:

	<u>31-12-2018</u>	<u>31-12-2017</u>
Numerário	3.901,38	1.703,88
Depósitos bancários	<u>419.620,58</u>	<u>532.073,73</u>
	<u>423.521,96</u>	<u>533.777,61</u>

6 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em dezembro de 2018 e em dezembro de 2017 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

31-12-2018

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Total
Activos								
Saldo inicial	237.152,88	7.794.529,78	2.334.882,00	168.495,18	123.272,99	57.292,86		10.715.625,69
Aquisições	129.000,00	150.000,00	12.118,80	11.976,75				303.095,55
Alienações								
Transferências e abates			-70.824,67					-70.824,67
Revalorizações								
Outras variações								
Saldo final	366.152,88	7.944.529,78	2.276.176,13	180.471,93	123.272,99	57.292,86		10.947.896,57
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade								
Saldo inicial		1.487.525,87	1.936.902,40	139.783,00	107.081,06	39.216,97		3.710.509,30
Depreciações do exercício		503.935,07	43.466,35	11.719,31	6.427,15	4.522,68		570.070,56
Perdas por imparidade do exercício								
Reversões de perdas por imparidade								
Alienações								
Transferências e abates								
Outras variações								
Saldo final		1.991.460,94	1.980.368,75	151.502,31	113.508,21	43.739,65		4.280.579,86
Activos líquidos	366.152,88	5.953.068,84	295.807,38	28.969,62	9.764,78	13.553,21		6.667.316,71

31-12-2017

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Total
Activos								
Saldo inicial	237.152,88	7.794.529,78	2.304.975,43	135.183,40	120.384,13	58.738,22	65.274,00	10.716.237,84
Aquisições			86.669,93	33.311,78	2.888,86		8.500,00	131.370,57
Alienações								
Transferências e abates			-56.763,36			-1.445,36	-73.774,00	-131.982,72
Revalorizações (Nota __)								
Outras variações								
Saldo final	237.152,88	7.794.529,78	2.334.882,00	168.495,18	123.272,99	57.292,86		10.715.625,69
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade								
Saldo inicial		986.467,65	1.799.668,20	128.259,31	99.561,37	36.043,34		3.049.999,87
Depreciações do exercício		501.058,22	137.234,20	11.523,69	7.519,69	3.173,63		660.509,43
Perdas por imparidade do exercício								
Reversões de perdas por imparidade								
Alienações								
Transferências e abates								
Outras variações								
Saldo final		1.487.525,87	1.936.902,40	139.783,00	107.081,06	39.216,97		3.710.509,30
Activos líquidos	237.152,88	6.307.003,91	397.979,60	28.712,18	16.191,93	18.075,89		7.005.116,39

7 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO



De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2014 a 2018 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras.

A reconciliação entre o resultado antes de imposto e o gasto com imposto sobre o rendimento em dezembro de 2018 e em dezembro de 2017 é detalhado conforme se segue:

	<u>31-12-2018</u>	<u>31-12-2017</u>
Resultado antes de impostos	58.390,31	61.282,28
Diferenças permanentes:		
Insuficiencia (excesso) estimativa imposto		
Multas e coimas	12,55	0,79
Menos-valias contabilísticas		
Gastos exercícios anteriores		5.164,42
Outros gastos não aceites		
Menos-valias fiscais		
Diferenças temporárias:		
Ajustamentos de transição		
Lucro tributável	<u>58.402,86</u>	<u>66.447,49</u>
Colecta sujeita à taxa de 13,60%		2.040,00
Colecta sujeita à taxa de 16,80%	9.811,68	8.643,18
Pagamento Especial por Conta	0,00	0,00
Derrama	876,04	996,71
Tributações autónomas	1.231,05	1.083,00
Ajustamentos relativos imposto períodos anterior		
Imposto diferido		<u>-1.050,68</u>
Gasto com impostos sobre o rendimento	<u>11.918,77</u>	<u>11.712,21</u>
Taxa efectiva	20%	19%



8 INVENTÁRIOS

Em dezembro de 2018 e em dezembro de 2017, os inventários da Empresa eram detalhados conforme se segue:

	<u>31-12-2018</u>	<u>31-12-2017</u>
Contadores	8.742,30	102,36
Material diverso	<u>25.776,35</u>	<u>19.148,79</u>
	<u>34.518,65</u>	<u>19.251,15</u>

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas e variação dos inventários de produção

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido nos exercícios findos em dezembro de 2018 e de dezembro de 2017 é detalhado conforme se segue:

	<u>31-12-2018</u>	<u>31-12-2017</u>
	MP, subsid.	MP, subsid.
	<u>consumo</u>	<u>consumo</u>
Saldo inicial	19.251,14	21.422,85
Compras	47.261,70	28.714,23
Regularizações	-13.687,09	-14.521,32
Saldo final	<u>-34.518,65</u>	<u>-19.251,15</u>
Custo das merc. Vendidas e das mat. Consumidas	<u>18.307,10</u>	<u>16.364,61</u>

9 ATIVOS FINANCEIROS

A rubrica **Outros investimentos financeiros** reflete o valor acumulado de 2.912,34€ aplicados no Fundo de Compensação do Trabalho (FCT).

O FCT é um fundo de capitalização individual, que visa garantir o pagamento até metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, calculada nos termos

definidos para a compensação por despedimento coletivo, e que responde até ao limite dos montantes entregues pelo empregador e eventual valorização positiva.

A rubrica **Ativos por impostos diferidos** reflete o valor acumulado de 3.401,86€ que é a quantia de imposto sobre o rendimento recuperável em períodos futuros respeitantes a reporte de perdas fiscais não utilizadas.



Cientes e outros créditos a receber

Em dezembro de 2018 e em dezembro de 2017 as contas a receber da Empresa apresentavam a seguinte composição:

	31-12-2018			31-12-2017		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida
Correntes:						
Cientes	<u>554.710,51</u>	<u>110.715,00</u>	<u>443.995,51</u>	<u>446.554,40</u>	<u>105.683,83</u>	<u>340.870,57</u>
Outros créditos a receber	<u>200.000,00</u>	<u>0,00</u>	<u>200.000,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
Devedores por acréscimos de rendimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Devedores diversos	<u>200.000,00</u>	<u>0,00</u>	<u>200.000,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
	<u>754.710,51</u>	<u>110.715,00</u>	<u>643.995,51</u>	<u>446.554,40</u>	<u>105.683,83</u>	<u>340.870,57</u>

Dos 110.715,00€ de imparidade acumulada, constam 5.031,17€ de perdas de imparidade em dívidas a receber de clientes neste ano.

10 DIFERIMENTOS

O valor de 10.083,67€ representa o montante gasto em seguros que se verificaram neste período, e que dizem respeito ao período subsequente.

11 INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

Em dezembro de 2018 o capital subscrito é detido pelo seguinte *acionista*:

Câmara Municipal da Praia da Vitória no valor de 1.878.348,22€

No decurso do exercício de 2018, o resultado líquido do exercício de 2017 foi aplicado da seguinte forma:



<u>Aplicação de resultados</u>	
Reserva legal	2.478,50
Resultados transitados	<u>47.091,57</u>
	<u>49.570,07</u>

Reserva legal: De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

O valor de 5.814,81€ em **outras reservas** representa reservas livres criadas em 2009 por decisão do Conselho de Administração para aplicação dos resultados de 2008.

O valor de 165.322,00€ em **resultados transitados** representa o acumulado dos resultados líquidos de reservas.

O valor de 935.983,42€ em **ajustamentos/outras variações no capital próprio** representa subsídios ao investimento participados por fundos comunitários.

12 PASSIVOS FINANCEIROS

12.1 Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos em dezembro de 2018 e em dezembro de 2017 são detalhados conforme se segue:

Empréstimos bancários:	Entidade financiadora	31-12-2018			31-12-2017			Vencimento
		Montante utilizado			Montante utilizado			
		Limite	Corrente	Não corrente	Limite	Corrente	Não corrente	
31654924/01/44	SANTANDER	1.500.000,00	84.636,48	634.773,52	1.500.000,00	84.636,48	719.410,00	2027
1319	NB	250.000,00	22.570,98	112.745,16	250.000,00	20.882,62	135.316,14	2024
31654924/03/43	SANTANDER	725.000,00	37.973,66	460.097,41	725.000,00	36.885,12	498.071,07	2030
846694/003	CCAM	856.802,60	90.799,72	341.622,74	856.802,60	85.914,59	432.422,46	2023
18245870001	BPG	1.000.000,00	86.956,56	521.738,92	1.000.000,00	86.956,56	608.695,48	2025
26828000000	CEMAH	200.000,00	12.221,02	147.467,33	200.000,00	11.934,30	159.688,35	2030
26062017	NB	800.000,00	128.636,38	486.529,84	800.000,00	124.308,87	615.166,22	2023
18245870002	BPG	800.000,00	97.959,24	579.591,71	800.000,00	97.959,24	677.550,95	2025
Contas à Ordem	NB/CCAM			171.273,56		33.100,27	25.903,62	
		6.131.802,60	561.754,04	3.455.840,19	6.131.802,60	582.578,05	3.872.224,29	

12.2 Fornecedores

O valor de 329.965,07€ em **fornecedores** representa contas a pagar reconhecidas ao custo, este valor teve um aumento de 43% em comparação com o valor a 31/12/2017.

13 OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Em dezembro de 2018 e em dezembro de 2017 a rubrica, “Outras dívidas a pagar” apresentava a seguinte composição:

	<u>31-12-2018</u>	<u>31-12-2017</u>
Pessoal	135,28	0,00
Fornecedores de investimentos	0,00	13.070,54
Credores por acréscimos de gastos	214.281,59	193.955,81
Credores diversos	160.071,17	179.133,98
	<u>374.488,04</u>	<u>386.160,33</u>

14 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em dezembro de 2018 e em dezembro de 2017 as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

	31-12-2018		31-12-2017	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas				
Pagamentos por conta				
Estimativa de imposto		1.548,29		4.114,52
IRC - apuramento				
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares		5.332,50		5.451,00
Imposto sobre o valor acrescentado	33.412,40		21.648,96	
Contribuições para a Segurança Social		25.604,63		26.700,94
Outros impostos				
	<u>33.412,40</u>	<u>32.485,42</u>	<u>21.648,96</u>	<u>36.266,46</u>

15 RÉDITO

O rédito reconhecido pela Empresa em dezembro de 2018 e em dezembro de 2017 é detalhado conforme se segue:

	<u>31-12-2018</u>	<u>31-12-2017</u>
Prestação de serviços	<u>3.425.367,29</u>	<u>3.274.215,85</u>
Disponibilização de água	496.628,96	491.259,35
Consumo de água	1.447.156,61	1.376.947,01
Saneamento	296.384,44	279.909,02
Recolha de resíduos sólidos	870.707,42	872.040,46
Outros serviços	247.900,80	262.318,05
Resíduos para tratamento	112.395,68	50.699,18
Descontos e abatimentos	-45.806,62	-58.957,22
Subsídios à exploração	<u>83.552,64</u>	<u>1.530,02</u>
Aumentos de justo valor	<u>182,03</u>	<u>49,99</u>
Outros rendimentos	<u>94.941,40</u>	<u>161.979,54</u>
Correcções relativas a períodos anteriores	4,27	3.910,80
Imputação de subsídios para investimento	91.700,25	154.756,15
Outros	<u>3.236,88</u>	<u>3.312,59</u>
	<u>3.604.043,36</u>	<u>3.437.775,40</u>

16 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em dezembro de 2018 e em dezembro de 2017 é detalhada conforme se segue:

	<u>31-12-2018</u>	<u>31-12-2017</u>
Subcontratos	200.785,34	194.038,10
Trabalhos especializados	155.327,69	193.100,94
Publicidade e propaganda	2.822,83	1.770,08
Honorários	7.457,12	8.500,00
Comissões	3.164,46	3.261,00
Conservação e reparação	154.801,95	139.478,13
Serviços bancários	24.360,04	31.264,17
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	172.843,89	77.421,08
Material de escritório	24.044,50	8.626,33
Electricidade	228.646,50	183.121,35
Combustíveis	128.659,92	122.278,75
Oleos e lubrificantes	3.822,76	5.385,05
Produtos limpeza de veículos	4.470,88	2.778,90
Produtos tratamento de águas	2.905,10	4.344,00
Deslocações e estadas	7.205,59	3.791,20
Transportes de mercadorias	2.664,98	1.143,84
Rendas e alugueres	6.981,23	125,00
Comunicação	79.279,00	82.427,76
Seguros	9.048,97	8.929,27
Limpeza, higiene e conforto	1.568,30	2.085,47
Outros	<u>6.390,89</u>	<u>3.541,27</u>
	<u>1.227.251,94</u>	<u>1.077.411,69</u>



17 GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de “Gastos com o pessoal” nos exercícios findos em dezembro de 2018 e em dezembro de 2017 é detalhada conforme se segue:

	<u>31-12-2018</u>	<u>31-12-2017</u>
Remunerações dos órgãos sociais	40.149,51	40.715,28
Remunerações do pessoal	1.139.859,51	1.087.028,24
Encargos sobre remunerações	244.417,89	232.498,76
Seguros acidente trabalho e doenças profissionais	12.597,66	12.141,41
Outros	<u>20.881,22</u>	<u>17.610,55</u>
	<u>1.457.905,79</u>	<u>1.389.994,24</u>

A 31 de dezembro de 2018 o número de funcionários é de 88, enquanto que a 31 de dezembro de 2017 era de 87.

18 DEPRECIAÇÕES

A decomposição da rubrica de “Gastos / reversões de depreciação e de depreciação” nos exercícios findos em dezembro de 2018 e em dezembro de 2017 é conforme se segue:

	<u>31-12-2018</u>	<u>31-12-2017</u>
Depreciações de edificios e outras construções	503.935,07	501.058,31
Depreciações de equipamento básico	114.035,69	169.701,24
Depreciações de equipamento de transporte	11.719,31	11.523,65
Depreciações de equipamento administrativo	6.427,15	8.495,84
Depreciações de outras imobilizações corpóreas	<u>4.522,68</u>	<u>4.619,13</u>
Activos fixos tangíveis (Nota 5)	<u>640.639,90</u>	<u>695.398,17</u>

19 JUROS E OUTROS GASTOS SIMILARES

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decurso dos exercícios findos em dezembro de 2018 e em dezembro de 2017 são detalhados conforme se segue:

	31-12-2018	31-12-2017
Juros suportados		
Financiamentos bancários	162.540,04	146.557,72
Outros financiamentos	14,85	9.027,57
Gastos de financiamento	162.554,89	155.585,29
	<u>162.554,89</u>	<u>155.585,29</u>

20 PARTES RELACIONADAS

A Empresa é detida em 100% pela entidade Câmara Municipal da Praia da Vitória, sendo as suas demonstrações financeiras consolidadas nesta entidade.

	Saldos e fluxos financeiros entre as partes							
	2018				2017			
	Saldo em 31-12-2017	Obrigações constituídas	Pagamentos no exercício	Saldo em 31-12-2018	Saldo em 31-12-2016	Obrigações constituídas	Pagamentos no exercício	Saldo em 31-12-2017
Relações comerciais CMPV/Praia Ambiente	38.416,45	264.211,87	215.855,23	86.773,09	3.819,19	282.063,82	247.466,56	38.416,45
	<u>38.416,45</u>	<u>264.211,87</u>	<u>215.855,23</u>	<u>86.773,09</u>	<u>3.819,19</u>	<u>282.063,82</u>	<u>247.466,56</u>	<u>38.416,45</u>

21 DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Em cumprimento do disposto no artigo 210.º do Código Contributivo, declara-se que a empresa não tem dívidas vencidas à Segurança Social.

Durante o exercício de 2018, não foram adquiridas ou alienadas ações próprias e, em 31 de dezembro de 2018, a empresa não detinha quaisquer ações próprias.

22 OUTRAS INFORMAÇÕES

Os **outros gastos** reconhecidos no decurso dos exercícios findos em dezembro de 2018 e em dezembro de 2017 são detalhados conforme se segue:

	31/12/2018	31/12/2017
Impostos	32 883,95	18 352,07
Outros	1 078,32	5 164,43
	<u>33 962,27</u>	<u>23 516,50</u>

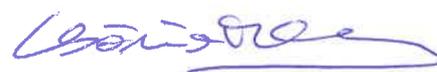
23 DIVULGAÇÕES ADICIONAIS

Os honorários totais faturados durante o período pelo SROC relativamente à revisão legal das DF foi de 7.080,00€, e não houve honorários faturados pelo SROC de contas relativamente a outros serviços.

24 MATÉRIAS AMBIENTAIS

Os ativos de carácter ambiental foram todos adquiridos em exercícios anteriores, estando valorizados ao seu custo histórico. Não existem passivos desta natureza, efetivos ou potenciais, nem quaisquer riscos que justifiquem a constituição de provisões específicas.

O Contabilista Certificado,



Cesário Meneses

O Conselho de Administração



Tiago Ormonde

Presidente



Jorge Leonardo

Administrador Executivo



IV RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **Praia Ambiente, E.M.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 7.809.079,43 euros e um total de capital próprio de 3.044.463,00 euros, incluindo um resultado líquido de 46.471,54 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Praia Ambiente, E.M. em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas,



SANTOS VAZ, TRIGO DE MORAIS
& ASSOCIADOS, SROC LDA.

modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Porto, 20 de março de 2019



SANTOS VAZ, TRIGO DE MORAIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por João Manuel Trigo de Morais, ROC N.º 881

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Aos Acionistas da
Praia Ambiente, E.M.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da **Praia Ambiente, E.M.** relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, os quais são da responsabilidade da Administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade da **Praia Ambiente, E.M.**, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços empresa as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o Balanço em 31 de dezembro de 2018, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e o correspondente Anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2018 preparado pela Administração da Empresa e da proposta nele incluída. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas, que não inclui reservas ou ênfases.

Face ao exposto, somos de opinião que, as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia-geral de Acionistas.

Desejamos ainda manifestar à Administração e aos serviços da empresa o nosso apreço pela colaboração prestada.

Porto, 20 de março de 2019



Santos Vaz, Trigo de Morais & Associados, SROC, Lda.
Representada por João Manuel Trigo de Morais (ROC 881)